



REPÚBLICA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX I — Nº 23

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1967

## CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

### CANCELAMENTO DE SESSÕES CONJUNTAS

O Presidente do Senado Federal, atendendo à necessidade de reformular e programação feita para a apreciação dos vetos presidenciais que pendem de pronunciamento, esta Presidência deliberou cancelar a con-

vocação das sessões conjuntas que deveriam realizar-se nos dias 5, 6, 13, 18, 19 e 25 de abril do ano em curso.

Senado Federal, em 30 de março de 1967

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

### ATA DA 26ª SESSÃO, EM 3 DE ABRIL DE 1967

#### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

#### PRESIDENCIA DOS SRS.: NOGUEIRA DA GAMA E EDMUNDO LEVI.

As 14 horas e 30 minutos  
acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Silva  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Celso Pinheiro  
Menezes Pimentel  
Duarte Filho  
Mancel Vieira  
Arsemio de Figueiredo  
José Ernildo  
Josephat Marinho  
Eurico Rende  
Paulo Torres  
Venâncio Torres  
Aurélio Viana  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Cavalcão Pinto  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Antônio Carlos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) -- A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Senhores Senadores. Fazendo número regimental, declaro aberta a sessão. -- A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Senhores Senadores. Fazendo número regimental, declaro aberta a sessão. -- A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Senhores Senadores. Fazendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Senhor Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, sem debate, é aprovada.

O Senhor Primeiro Secretário lê o seguinte expediente:

#### EXPEDIENTE OFÍCIO

Dr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1967

(Nº 2-A 67, NA CÂMARA)

Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, para ausentar-se do território nacional, no decorrer do mês de abril do corrente ano, a fim de participar da Reunião de Chefes de Estado Americanos, que se realizará em Punta del Este, República Oriental do Uruguai.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Ofício do Presidente, em exercício do Conselho Nacional de Economia, nº SCP/1.343, de 23 de novembro de 1966 (encaminha Proposição Geral de Situação Econômica do Brasil), nos seguintes termos:

Em 23 de novembro de 1963  
SPO/1.363

Senhor Presidente do Senado Federal,

Tenho a subida honra de apresentar a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Lei nº 810, de 16 de dezembro de 1949, modificado pela Lei nº 3.272, de 30 de setembro de 1967, a Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil.

2. O Conselho Nacional de Economia, neste documento, estuda a situação econômico-financeira em 1965 e examina os resultados obtidos em um ano da aplicação do Programa de Ação Econômica do Governo.

3. O fato mais importante na economia nacional, no período, foi a minimização do ritmo inflacionário a par do resultado positivo apresentado na taxa de crescimento do índice per-capita do PNB, indicando uma tendência a conseguir-se a retomada do desenvolvimento econômico, embora a índices inferiores ao que se programou, simultaneamente com o combate à inflação.

4. Outro fato marcante foi o vultoso saldo no balanço de pagamentos, que voltou a apresentar resultados auspiciosos, graças, sobretudo, à política agressiva de exportação, onde avultava de importância o item manufaturas, que obteve o segundo lugar na pauta, logo depois do café, indicando uma importante mudança na estrutura das exportações.

5. Por outro lado, foi dada continuidade à política de combate aos "deficits" das empresas estatais, no setor dos transportes com o abandono dos trens anti-econômicos das Estradas de Ferro e a eliminação dos subsídios a empresas deficitárias, buscando combater os focos inflacionários na economia brasileira, ao mesmo tempo que se procurou aliviar os índices de produtividade, objetivando o equilíbrio financeiro, com o que se conseguiu a estabilidade.

6. Entretanto, permanece a deficiência de informes estatísticos, séria lacuna que urge corrigir, sem demora, concentrando recursos em um único órgão especializado a fim de obter-se amplas e atualizadas estatísticas nacionais.

7. A atual Exposição, a par de oferecer ao Poder Público um expressivo panorama da vida nacional, apresenta ainda um quadro geral das necessidades mais prementes do País, em todos os seus setores.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência o meu profundo respeito. — O Sr. Aurélio Viana, Presidente em exercício.

A Comissão de Economia.

### PARECER

### PARECER

Nº 163, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 1-37-A.C. de 14.2.67, do Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autêntica de acordos preferidos pelo Supremo nos autos da Representação nº 675, do Estado de São Paulo (inconstitucionalidade do art. 40, alínea VI, da Lei nº 1.360, de 18.9.47).

Relator: Senador Aloísio de Castro.

A Presidência do Supremo Tribunal Federal remete ao Senado, para o fim previsto no artigo 51 da Constituição Federal, cópia autêntica dos acordos preferidos por aquela Corte, em sessão plenária de 14 de junho de 1967, nos autos da Representação nº 675, do Dr. Procurador-Geral da República, e pelo qual foi declarada a inconstitucionalidade da alínea VI do artigo 40 da Lei nº 1.360, de 18 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Declara a disposição de que a Câmara Municipal pode, em caso de recurso, sobre as deliberações contra atos do Executivo, exclusivamente em matéria de aumento de impostos.

Assentou o Relator do Ofício, Ministro Lauro de Andrada, sobre a "inconstitucional violação do princípio constitucional da harmonia e interdependência dos poderes, violado também no âmbito municipal".

Acompanhando o Relator, foi encaminhado o Ofício do Sr. Ministro Carlos Medeiros, para quem, na vigência da Constituição de 1961, que remonta, no particular, a 1961, um recurso de tal natureza, "um recurso de recurso hierárquico", e, portanto, não podia ser admitido, uma vez que entre o Chefe do Executivo Municipal, do qual era o recorrido, e a Câmara dos Vereadores, para quem se recorria, não havia "subordinação funcional, administrativa ou hierárquica".

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

#### REQUERIMENTO Nº 169, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre providências adotadas em relação à raiva bovina na Zona da Mata, em Minas Gerais, e norte do Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

De conformidade com a preceituação regimental vigente, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre as providências adotadas no sentido de extirpar a raiva bovina na Zona da Mata, em Minas Gerais, e no norte do Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1967. — Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 170, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre a transferência da Superintendência do Ensino Agrícola para o Ministério da Educação e Cultura.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, se existem planos para a transferência da Superintendência do Ensino Agrícola para o Ministério da Educação e Cultura?

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 171, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, sobre irregularidades no andamento de processos referentes à aquisição de Casa Própria.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro informe o Poder Executivo, através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, se é do seu conhecimento a existência de escritórios especializados em acompanhar processos na referida Caixa, mediante a cobrança de honorários na base de 8 a 10% do total do valor pedido pelo mutuário para aquisição de casa própria, e, em caso afirmati-

vo, se foi aberto inquérito a respeito, uma vez que são os próprios funcionários que dirigem os referidos escritórios.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 172, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Comissão do Plano Nacional do Carvão — sobre maior aproveitamento do carvão mineral para integral utilização de seus subprodutos.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Comissão do Plano Nacional do Carvão — quais as providências tomadas no sentido de se conseguir maior aproveitamento do carvão mineral, para integral utilização de seus subprodutos.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 173, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre permanência dos representantes do Instituto no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — I.N.P.S. — se está sendo cogitada a mudança dos representantes do Instituto no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro, e, em caso afirmativo, quais os motivos que levaram o INPS a fazer a mudança de seus representantes?

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 174, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre os prejuízos advindos com a sustação da cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre mercadorias.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro a V. Exa. sejam

solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se com a sustação da cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre combustíveis, que representou para os Estados e Municípios, um decréscimo de 50% nas verbas rodoviárias, o Governo Federal cuida de reparar esse dano, com suprimento de recursos oriundos diretamente do DNER, a fim de evitar a paralisação de inúmeras estradas de rodagem nos Estados e nos Municípios.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 175, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo, sobre desenvolvimento turístico brasileiro, particularmente no Estado do Rio.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo — quais as medidas adotadas para maior desenvolvimento turístico brasileiro, particularmente no Estado do Rio?

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 176, de 1967

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — sobre melhoramentos na rede elétrica de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Na forma da preceituação regimental vigente, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Eletrobrás — quais as providências tomadas visando melhorar as condições de funcionamento da rede elétrica de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

#### REQUERIMENTO Nº 177, de 1967

*Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — informações sobre obras no Cais de Guararús, Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Requiro, nos termos regimentais, que a Mesa solicite informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNOS — quais as providências tomadas no sentido de finalizar as obras paralizadas no Cais de Guararús, Campos, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1967. — Senador Vasconcelos Torres. — Senador Paulo Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos, serão publicados e em seguida despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — No expediente lido figura o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1967, que concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do País.

Com o Relator votaram, também, dez outros Ministros, ficando destarte, assegurada a maioria absoluta de votos pela inconstitucionalidade, requereira pelo art. 200 da Constituição.

Em face do exposto, opinamos pela suspensão do preceito legal incriminado, nos termos do seguinte Projeto de Resolução, que submetemos à apreciação do Senado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1967

*Suspende, na forma do art. 64 da Constituição Federal, a execução da alínea VI do art. 40 da Lei número 1, de 18 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.*

Art. 1º É suspensão, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida na Representação nº 675, a execução da alínea VI do art. 40 da Lei número 1, de 18 de setembro de 1947, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, 31 de março de 1967. — Milton Campos, Presidente — Aloysio de Carvalho, Relator — Carlos Lindenberg — Menezes Fimintel — Petrônio Portela — Wilson Gonçalves.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos, pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 168, de 1967

Requiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, as seguintes informações:

1. Qual o número de funcionários do IAA, discriminando Estados e departamentos?
2. Quantos advogados tem o IAA?
3. Quantos aposentados tem o IAA e quem paga as aposentadorias?
4. Quantos empréstimos foram realizados no ano de 1966, inclusive até março de 1967 e quais são os seus beneficiários?
5. Em que Estados e quais as usinas que receberam indenizações por enchentes?
6. Qual o montante dessas indenizações por usina?

#### Justificação

É possível que os reflexos de malbaratamento e desordenada formulação administrativa que dimanam do Instituto do Açúcar e do Alcool sejam comuns a vários departamentos públicos, onde se realiza a economia dirigida. No IAA, no entanto, a evidência do desregramento não permite vacilações. As torneiras dos gastos supérfluos estão sempre abertas, enquanto os encargos assistenciais que se lhe incumbem, pela própria destinação orgânica, são postos de lado, adiados, quando não olvidados ou nem mesmo identificados pela cúpula dirigente. Daí o descontentamento dos que aguardam empréstimo, formalizado em amargas queixas partidas de diversos centros produtores de açúcar. Plantadores há que perderam grande quantidade de cana e nem sequer foram indenizados. Há pletores de funcionários, excesso de gastos e tumulto administrativo. E, fluente desse estado de coisas, a definição de bom humor do homem interiorano, da lavoura, quando, como pulcrêria, revela que, no Brasil, o IAA possui um funcionário para cada pé de cana...

Agora, quando um novo Governo inicia sua etapa de trabalho seria bom que se conheça o verdadeiro e atual quadro do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1967. — José Ermírio de Moraes.

De acôrdo com o Regimento, proposição dessa natureza tem, automaticamente, o tratamento urgente a que se refere o art. 326, nº 5 b, da lei interna.

O projeto será submetido à deliberação do Plenário em seguida à Ordem do Dia. As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores sobre ele se deverão pronunciar nessa oportunidade.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentadas na última sessão:

Nº 164, do Sr. Senador Adalberto Sena, ao Ministro da Educação e Cultura;

Nº 165, do Sr. Senador José Ermírio, ao Ministro das Minas e Energia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).  
Ha oradores inscritos.

O primeiro é o nobre Senador Eurico Rezende, a quem dou a palavra. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Leu a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quero manifestar ao Senado minha grande preocupação pelos fatos graves que estão ocorrendo em rica região do meu Estado, e para os quais depreço a atenção do Sr. Presidente da República e, em particular, do Ministro da Indústria e Comércio, General Macedo Soares e Silva, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro.

A zona canavieira fluminense está praticamente coflagrada. Há um insustentável mal-estar entre os lavradores de cana do meu Estado. O IAA e o Ministério da Indústria e Comércio. Anunciam-se providências a cada instante. Mas estas não surgem. E o que constatamos? O agravamento da situação, a cada hora que passa.

O Senado recordar-se-á por certo de que nós, de uma feita, desta trituna, reclamamos contra o IAA que, num período de escassez desse precioso produto, resolveu estimular financiamentos, não só para construção de novas usinas, como também para o alargamento do parque canavieiro. Houve de fato um período crucial de escassez no abastecimento do açúcar. E o que aconteceu? O velho Estado de São Paulo, com a sua potência econômica indiscutível, possuindo uma rede bancária para apoiar todos os investimentos, passou para o primeiro lugar na produção de açúcar, desbancando Pernambuco. O Estado bandeirante chegou a um nível de produção que na ocasião em que o Instituto cuidava do assunto, dava para atender à demanda. Ocorreu, no entanto, que a crise então verificada era artificial e São Paulo teve estocado o produto em quantidade imensa, vendo-se compelido a se valer da política de entrar em outros Estados, aviltando o preço da mercadoria e prejudicando, particularmente, os interesses do seu irmão humilde — o fluminense, e do seu rico irmão mineiro, também produtor de açúcar.

O Nordeste, à época, havia sido beneficiado pela política de exportação de açúcar. O Instituto andou bem nesse particular porque o Nordeste indiscutivelmente precisa de apoio. O custo de produção naquela região, entretanto é oneroso — todos sabem — não vai nisso uma crítica — pois que a indústria açucareira nordestina é primitiva, são engenhos "banguês" e, não ser uma ou outra usina como a de Santa Terezinha, em Pernambuco, e a Brasileiro, no Estado de Alagoas, as outras representam um sistema medieval de produção.

O Estado do Rio de Janeiro, não com uma produção de oito milhões

de sacas, quando o Nordeste já se beneficiava com a exportação, o meu Estado sofria os efeitos da política imprevidente do IAA. O que aconteceu foi o seguinte: dentro de Campos, o maior Município açucareiro do meu Estado — e considerando a proporcionalidade, o maior do Brasil — passamos pelo paradoxo de estar comprando açúcar em São Paulo, estando as usinas fluminenses abarrotadas do produto. Um saco de açúcar chegou a três milhões de cruzeiros. E nós, fluminenses, batíamos às portas do grande Estado, que tanto admiramos e queremos e cuja capacidade de desenvolvimento econômico reconhecemos, para que permitisse pudesse a produção açucareira fluminense ser escoada, nos termos do plano de safra de então e pelo preço que o próprio Instituto do Açúcar e do Alcool havia fixado.

Mas, Sr. Presidente, o paulista, às vezes, é o judeu do Brasil. Em matéria bancária, em matéria financeira são intransigentes esses nossos irmãos bandeirantes. São solidários nas horas difíceis. Agora mesmo, quando das enchentes que assolaram o Rio de Janeiro, o primeiro socorro que obtivemos foi de São Paulo. Mas, quando se trata do cruzeiro, velho ou novo, o paulista reage. É pior que o mineiro, em matéria de finanças. Foi o que aconteceu. Houve essa invasão da economia paulista dentro das classes econômicas do meu Estado e, se não tivéssemos uma estrutura tradicional de economia açucareira, poderíamos ser levados à bancarrota, o que graças a Deus, não aconteceu.

Fenômeno importante que se observa, agora, no meu Estado, vem da época em que tive a oportunidade de chamar a atenção das autoridades que detinham em seu poder as rédeas governamentais. Mas, Sr. Presidente, o fenômeno econômico sempre traz as suas consequências a longo prazo. Agora, estamos sentindo aquilo que chamamos de drama da indústria açucareira do meu Estado. Face à política do Instituto do Açúcar e do Alcool, cerca de 14.000 torneadores e cana registrados, com 140.000 dependentes, há mais de um ano vivem a mais cruenta das crises financeiras. Os Srs. Senadores sabem como é desolador o quadro de um camponês: um canavieiro chegar a um amarelecimento mais precisamente ao — termo que se emprega localmente — fornecimento da usina ou ao fornecimento particular e não ter crédito; bater às portas de uma farmácia, para atender a um filho enfermo e o farmacêutico, que vive na área da agro-indústria do açúcar, não por ser desumano, mas porque precisa dispor de capital de giro, não poder fornecer o remédio. É a suprema humilhação. Sr. Presidente, não é no armazém no açucareiro, na farmácia; é no banco. São aqueles papagaios seguidos, continuados, intimando o emitente de uma duplicata a comparecer, determinado dia, ao guichê do Banco tal ou qual para liquidar uma promessa, sob pena de protesto.

Alguns tiveram que protestar.

Isso, em Campos, tem provocado uma atmosfera de intranquilidade. Os 14.000 lavradores, com seus 140.000 dependentes, resolveram fazer uma passeata de protesto, mas foram demovidos do seu intento. Sempre aparece, nessas horas difíceis, os que querem montar nas angústias, no sofrimento de uma classe e vão para as assembleias-gerais fazer discursos bombásticos, levam alguns discursos e pedem um prazo para que o assunto seja resolvido.

Estavam os lavradores reunidos para a chamada passeata da fome, na cidade fluminense de Campos, mas vereadores, deputados e prefeitos desviaram o movimento. Essa gente tem um filão sentimental notável que, colorado, encontra de pronto todas as alternativas para que o aspecto

mais grave não se precipite e, realmente, a passeata não foi feita.

Entretanto, diariamente, através da imprensa local, do rádio, através das cartas que nós, Senadores do Estado do Rio, recebemos — eu, o nobre Senador Paulo Torres, o Senador Aarão Steinbruch, os Deputados federais da bancada fluminense — tomamos conhecimento do desespero que bate às nossas portas. Tudo isso nos tem impressionado profundamente e é dessa impressão que agora procuro dar conta, através destas palavras.

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Vossa Excelência tem razão quando afirma estar o açúcar em condições difíceis, no seu Estado, como também no meu, Pernambuco. Entretanto, essa situação se desenvolveu no Governo passado. Um saco de açúcar, nos Estados Unidos, custa vinte e um cruzeiros novos ou vinte e um mil cruzeiros velhos; aqui, vendia-se a doze mil treze cruzeiros novos. O custo mais barato de açúcar, no mundo, é na Austrália, onde o custo-produção é de cerca de doze a treze cruzeiros novos ou doze mil treze cruzeiros velhos. E preciso considerar que as melhores máquinas de corte cana estão na Austrália, e o açúcar é fabricado pelos processos mais modernos. Se o Governo anterior não tomou providências, é justo que Vossa Excelência procure chamar a atenção do atual para o problema. A desgraça, porém vem de longe. Há dois anos e três meses que o açúcar não tem aumento. Qual a mercadoria, no Brasil, que passou do ano e três meses sem um vintém de aumento? Foi isto que provocou a desgraça, tanto no seu Estado quanto no meu.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

Endeando ao Senador-economista do Nordeste que com brilhantismo me aparteu, para ladear a questão do açúcar — e com licença do Senador Carvalho Pinto poderia chamá-lo o quarto senador de São Paulo, pois o é de fato e disso deve ter orgulho, por que ser representante da maior Unidade da Federação é muito importante — devo dizer que se não ocorria aumento do preço há dois anos, devia haver distribuição social adequada, não só pelos empresários industriais, usineiros, mas também pelo lavrador, porque, V. Exas. sabem, a economia açucareira tem sentido social muito grande. A industrialização permite que haja, para o elemento do desenvolvimento da agricultura, os fornecedores de cana constituem uma classe laboriosa no Estado do Senador Carvalho Pinto, no meu Estado e no do Senador Nogueira da Gama, para citar quatro unidades açucareiras. Mas o que aconteceu? Aqui abre um parêntese: V. Exa. há de recordar de que, nas razas vezes, ocupei este microfone, neste último canto do plenário, nesta cadeira caíva que tenho há quatro anos, para alertar o Governo de então sobre a crise açucareira que se delineava, quando houve o problema da superprodução em São Paulo e o consequente aviltamento do preço, atingindo, principalmente, a Guanabara e o Estado do Rio, passando nós, fluminenses, por situação incômoda.

O consumidor não tem assim esta vivência do problema, não se preocupa como nós. É o imediatismo que leva o indivíduo a comprar açúcar, pelo preço mais barato que encontra, na venda ou na feira. Mas ele pode comprar por um preço baixo, um dia, e depois pagar preço mais alto. Isto significa o desemprego, o desestímulo. E V. Exa. sabe, como economista, que esta função psicológica, prin-

palmente economia açucareira, é importante.

O aviltamento do preço do açúcar pela invasão do produto de procedência paulista gerou a crise atual, deixando — esta é a verdade, não quero carregar nas cores — lavradores e fornecedores de cana do meu Estado numa situação de verdadeira penúria.

Agradeço a intervenção de V. Exa. Quero mais uma vez chamar a atenção das autoridades para o assunto. Aliás, na ocasião em que os primeiros sintomas da crise se delineavam, daqui mesmo deste canto humilde, como humilde é o Senador que fala neste instante, alertei as autoridades para que não víssemos a constatar isto que, desgraçadamente, agora observamos no Estado do Rio.

O Sr. Carvalho Pinto — Permite V. Exa um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Sr. Carvalho Pinto — Estou vindo com justificado interesse o discurso que V. Exa está fazendo sobre tão momentoso problema. Compartilho inteiramente das apreensões de V. Exa a respeito dos aspectos sociais e econômicos pertinentes à matéria assim como da apreciação sobre as origens da situação, atribuindo-a, substancialmente, a erros, imprudências e falhas da própria política canavieira nacional. Não posso, entretanto, deixar de fazer um breve reparo às considerações de V. Exa quando atribui a certo espírito utilitário do Estado de São Paulo parte das dificuldades sofridas por outros Estados. Não ignora V. Exa a profunda vocação de brasilidade do povo paulista, o seu espírito de solidariedade nacional, a todo instante demonstrado. Mas também não ignora V. Exa que a situação em São Paulo no tocante a esse setor econômico também é dramática, ostentando um quadro de desequilíbrio econômico e desemprego rural, particularmente preocupante porque não oferecem os demais setores agrícolas oportunidades de colocação e atrativo a investimentos, em termos de conjurar totalmente a crise reinante. Louvo o zelo de V. Exa pelo importante problema e justo interesse dos produtores do Estado do Rio, mas, recusando-me embora a analisar essa matéria de âmbito nacional sob ângulos regionalistas, não posso deixar de fazer esta observação a respeito do tópico do seu brilhante discurso, pela injusta que encerra ao locante a uma área de produção também profundamente sacrificada.

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

Não esperava outra atitude de V. Exa. O Senador Carvalho Pinto diz que não devemos olhar o problema do ângulo regionalista, ou seja, me conclama, delicadamente, a deixar de ser fluminense, por um instante, e permitir que os meus conterrâneos fiquem na miséria por algum momento. Sim, tem razão o eminente Senador que é uma rara vocação de homem público neste País. O problema não pode ser encarado do ponto de vista regionalista. Mas eu me reportava, eminente Senador, à circunstância de a capacidade da rede bancária paulista com a maior produção, ter permitido que se aviltasse o preço do produto — nós, que produzimos açúcar em abundância, ficamos na contingência de ter de adquirir o produto paulista, tendo-o dentro da própria casa. Então São Paulo se permitiu, não digo ao luxo, para não ferir os ouvidos de V. Exa, mas a situação de comodidade de poder, com seus caminhos, levando o açúcar para a zona onde também era produzido a fim de vendê-lo por preço inferior àquele que o Instituto do Açúcar e do Alcool fixava e que permitia o rateio entre o industrial e o lavrador fornecedor de cana.

Mas estou satisfeito, Senador Carvalho Pinto, porque V. Exa defendeu São Paulo pelo seu cunho de brasile-

dade e que tem aí ao seu lado, porque sou daqueles que entendem isso e vou fazer uma revelação a V. Ex.<sup>a</sup>: não tenho espírito regionalista. Este problema açucareiro realmente não é só do Estado do Rio, reconheço. Os outros Senadores da zona canavieira não o trazam, também, que o examinem. Mas V. Ex.<sup>a</sup> há de permitir se olhe para uma coletividade de cerca de 250.000 pessoas com 14.000 fornecedores de cana registrados no IAA; mas nestes 14.000 existem, segundo levantamento feito, pelo menos 140.000 dependentes. V. Ex.<sup>a</sup> sabe, é o cortador de cana, é o candeiro puxador no leito, enfim, uma série de atividades correlatas que obrigam esses 14.000 fornecedores da cúpula da lavoura a serem em torno de si esses satélites humanos que dependem de dinheiro para comer, viver, e para seus filhos estudarem.

Queria apenas dizer ainda ao Senador Carvalho Pinto que a sua intervenção não é apenas a de um paulista, é a do Presidente da Comissão de Economia; queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, sem zumbância, sem embargo, que aqui está um fluminense que ama São Paulo. V. Ex.<sup>a</sup> vai ver isso mais tarde.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (assentimento do orador) — Gostaria de saber qual a tese central que V. Ex.<sup>a</sup> discute e defende. V. Ex.<sup>a</sup>, num certo sentido, se opõe a que os caminhões venham de São Paulo e tragam açúcar...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Disse da passagem. É fato do passado.

O Sr. Aurélio Vianna — ... para concorrer com o produzido no Estado do Rio. Ao mesmo tempo, aplaude o Senador Carvalho Pinto por defender uma tese contrária à sua. Então, nós perguntamos, os que estamos ouvindo o debate, qual a tese central de V. Ex.<sup>a</sup>? A questão é da produtividade quanto ao plantio da cana e do seu aproveitamento nas máquinas que, em geral, são obsoletas no Brasil? Não temos poucas usinas no Nordeste que podem concorrer com as usinas construídas em certas áreas de São Paulo. Já lá mesmo no Nordeste temos uma usina, a Central Leão, que usa na esteira uns três ou quatro homens e a sua rentabilidade e produtividade é impressionantemente alta em relação às demais do Estado: cerca de cento e vinte quilogramas de açúcar por tonelada de cana e, às vezes, mais, conforme a época da colheita da cana, enquanto certas usinas não extraem mais de noventa e cinco quilogramas de açúcar por tonelada de cana. A questão é de modernização das usinas de seu Estado ou a questão é da concorrência de São Paulo que vem prejudicar as usinas do Estado do Rio? Isto para equacionar o problema, porque o assunto é interessante.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Aceito o desafio de V. Ex.<sup>a</sup>: tive a desventura de não ter o eminente Líder da Oposição no recinto, quando iniciava o meu discurso, e S. Ex.<sup>a</sup> levanta uma dúvida que me apresso em esclarecer quando vê um contraste: eu, a declarar que o açúcar paulista tem vantagem no Estado do Rio e, ao mesmo tempo, elogiar o Senador Carvalho Pinto.

Sr. Presidente, acho que não há nenhuma antinomia nisso. Embora o Senador Carvalho Pinto seja muito adepto na sua atuação, na sua simpatia, o que eu quis dizer foi que S. Ex.<sup>a</sup> estava certo, Senador Aurélio Vianna, pois o paulista é o judeu do Brasil, habitado, nos momentos difíceis, a dar solidariedade e a dar assistência, mas quando se trata de comércio, é egoísta!

V. Ex.<sup>a</sup> há de permitir, eminente Líder, que eu repita sempre o eco que ouço na Câmara, no Palácio Tiradentes, da admiração sincera pela sua capacidade de trabalho e até pelo seu

espírito provocador, às vezes em razão do afeto que tem, porque os Senhores Senadores que ainda não o conhecem, não de notar que não é sempre que S. Ex.<sup>a</sup> intervém; assim o faz quando gosta, quando estuda, quando se interessa, mas procura trazer sempre ao debate — S. Ex.<sup>a</sup> é bom filósofo — aquele sentimento de dúvida para um Senador caluroso, por exemplo, se encostar e fazer as "delícias do debate".

Mas repito — V. Ex.<sup>a</sup> estava no meu gabinete e não pôde ouvir minha referência a um aspecto do passado, que deu consistência à atual crise dos lavradores no meu Estado. Exatidão a V. Ex.<sup>a</sup>, repito: o que disse nas minhas considerações iniciais: o IAA, em determinado momento, V. Ex.<sup>a</sup> há de se recordar, para fazer face à escassez do produto em todo o país, resolveu dar estímulos creditícios para construção de novas usinas e ampliação do parque canavieiro do Brasil. Mas não teve aquela sensibilidade econômica. Talvez lhe tivesse faltado assessoria. Qualquer estudante de primeiro ano num curso de economia teria dito que a crise é normal, que poderia ser corrigida pelas leis que, como ciência quase exata, a Economia possui.

Então, voltando ao reexame do assunto, o que houve foi superprodução. Houve estímulos, na lavoura canavieira, a quem estava em condições de produzir. E quem está em condições de produzir neste país, eminente Senador Aurélio Vianna? Ora, pela quantidade de maquinaria, pelas verdadeiras centrais, é o Estado de São Paulo, que produziu e passou a ser o primeiro produtor, desbancando Pernambuco, porque havia sido róto aquele equilíbrio na produção, através do sistema de quotas, que todos conhecem, particularmente V. Ex.<sup>a</sup>, representante de Estado agro-industrial.

A autarquia açucareira determinou que, pelo plano 1965-66, a produção seria de tantos milhões: São Paulo, tantos milhões de sacas; Estado do Rio, tantos milhões; Alagoas, tantos milhões. Então houve, como V. Ex.<sup>a</sup> se recorda, quando votamos a nova lei açucareira, aquela elasticidade que, a contrário senso, impediu o alargamento da produção. Hoje, paradoxalmente, a crise, artificialmente ou não, criada, esboça-se no país inteiro.

Permita-me voltar ao assunto porque queria narrar. Senador Aurélio Vianna, era a indiferença do IAA — esse o tema central do meu discurso — a indiferença do Instituto do Açúcar e do Alcool para o drama de 14.000 lavradores e 140.000 dependentes, em Campos, que há um ano não recebem aquilo que têm direito a receber pelo Instituto, através de adiantamentos ao Banco do Brasil, como normalmente deveria ser feito. E verifico, pelo acordo afirmativo de cabeça do Senador Carvalho Pinto, que foi Ministro da Fazenda e que é grande conhecedor da matéria, que estou trilhando o caminho certo na minha modesta exposição.

O Sr. Aurélio Vianna — Então V. Ex.<sup>a</sup> acha que o Instituto errou quando permitiu ou quando incentivou a criação ou desenvolvimento do parque açucareiro de São Paulo e do Paraná? V. Ex.<sup>a</sup> acha que o Instituto deu a ler permissão e apoiando esta concorrência? É essa a tese?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sim, em parte.

O Sr. Aurélio Vianna — Então apenas quando esclarecer-me.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sim, em parte, repito, porque V. Ex.<sup>a</sup> não vai entrar no lado a dois do remédio em um ente enfermo. Tem que ir em partes e, no caso, houve uma terapêutica desastrosa em que o doente continua nas vargas da agonía e, paradoxalmente, havendo empossa de remédio dentro de casa...

O Sr. Carvalho Pinto — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, com muito prazer.

O Sr. Carvalho Pinto — Sr. Senador Vasconcelos Torres, eu queria apenas observar que não existe, realmente, antinomia entre a tese defendida por V. Ex.<sup>a</sup> e o meu pequeno contributo. Reconheço as grandes dificuldades da economia canavieira e fico satisfeito em ver V. Ex.<sup>a</sup>, ainda há pouco, ao idealizar a criação de seis milhões de atribuição a uma política crônica do Instituto do Açúcar e do Alcool, sobre o quando estarmos, em condições adequadas e em momento apropriado, o aumento da produção. Meu respeito tempestivo ao objetivo de conciliar uma alternativa de V. Ex.<sup>a</sup>, que me parecia inteiramente infante, ao imputar parte das responsabilidades pelos problemas decorrentes no Estado do Rio de Janeiro a movimento mercantil regional, particularmente em São Paulo. Sobre V. Ex.<sup>a</sup>, que São Paulo também foi vítima dessa crítica errônea da política canavieira; sabe V. Ex.<sup>a</sup> da crise em que se debate esse setor da economia agrícola do nosso Estado; e sabe V. Ex.<sup>a</sup> que a autoridade federal responsável pelo setor do Açúcar e do Alcool tem amplos poderes de regulamentação, aptos a obsterem eventuais irregularidades de comercialização, quer no tocante a preços, quer no tocante às áreas de distribuição. Sem entrar, pelo menos por ora, no mérito da matéria, cabe desde logo assinalar que responsabilidades — se existem — situam-se no âmbito da orientação federal, e nunca no campo privado da comercialização do produto, desde que obedientes à disciplina regulamentar os eventuais suprimentos feitos para atender às necessidades da população consumidora.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a sua intervenção, que muito me honra, mas não desejo que veja minhas palavras um queixume, um recalcio contra o Estado de São Paulo. Apenas, dentro da realidade política brasileira, vou a V. Ex.<sup>a</sup> sabe — e não quero repetir aquela frase surrada da locomotiva — que todos somos irmãos, e eu diria que todos somos primos, sendo São Paulo o primeiro rico e o resto do Brasil o primo pobre.

Já disse a V. Ex.<sup>a</sup> do apêgo que tenho pelo seu grande Estado e pela sua gente.

O que eu quis — e, agora digo em contrapartida a seu esclarecimento — foi aludir, eminente Senador, ao fato de que São Paulo, é inequivocamente, o maior rede bancária do País, pôde suportar o impacto. Não puderam os pequenos. Quem tem rede bancária para parcelar prazos, pode suportar certas medidas difíceis de épocas da crise, como a que ocorreu a V. Ex.<sup>a</sup> sabe maior do que eu. Houve o fato comprovado de o açúcar paulista chegar à ilharga das usinas fluminenses, como o município de Itacara, para não chamar Campos e Macaé. Temos a Usina Laranjeiras produzindo açúcar muito bom a preço também bom. Pois bem! Nos arredores vizinhos a-se açúcar paulista de boa qualidade, como o fluminense, mas por preço aviltado, o que levava à situação de desespero não só os industriais, mas, também, os fornecedores de cana. Não tenho a impressão de que esta parte está bem fixada no meu discurso.

O Sr. Atílio Fontana — Estamos ouvindo com a devida atenção o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, pois o problema é de extraordinária monta. Todos sentiamos as dificuldades que está atravessando a indústria açucareira — não apenas as usinas, mas também os cultivadores da cana. O nobre Senador Aurélio Vianna perguntou a Vossa Excelência se foi um erro a expansão

das usinas açucareiras e V. Ex.<sup>a</sup> respondeu que, em parte, assim considerava.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Retifico: houve superprodução descontrolada.

O Sr. Atílio Fontana — Os Estados Unidos, que eram grandes compradores de açúcar da República de Cuba passaram a comprar o produto de outros países e o Brasil foi um dos beneficiados. Houve, em consequência, grande procura de açúcar no mercado mundial. Assim como o Brasil aumentou a sua produção, outros países fizeram o mesmo, gerando, por isso, a superprodução de açúcar. Portanto, que o Brasil acumulou o açúcar, não pôde exportá-lo, adiando assim a competição entre as regiões produtoras de açúcar. O Estado de São Paulo tem condições muito mais favoráveis, por possuir uma grande área de terra com grande quantidade de humo acumulado, que permitiu para as lavouras. Houve a falta de cultivar a cana por se tratar de uma das poucas culturas que, mesmo a terras tanto ou quanto esgotadas ou enriquecidas. Daí o Estado de São Paulo ter aumentado a sua forma, a produção. Mas com a falta de mercado exportador para poder colocar as grandes safras, houve, superprodução, a concorrência, em consequência, a nosso ver, devemos atribuir a falta de providências por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool. O Instituto do Açúcar e do Alcool não teve preocupação, o cuidado de dilatar a superprodução que redundava em situação ruínoza não apenas para as usinas, mas, principalmente, para aqueles que cultivam a cana. Esta a verdadeira situação. O que devemos debater é como deve agir o Governo, através do Instituto, porque, no contrário, a concorrência ruína continuará, principalmente em determinadas regiões, como V. Ex.<sup>a</sup> fez referência há pouco, porque nem todas têm o mesmo grau de produtividade. As regiões de baixa produtividade se encontram em situação difícil que impede o desenvolvimento dessa lavoura. O Governo deve providenciar para que outras atividades da lavoura sejam tão remuneradoras quanto a do açúcar. É preciso reduzir a produção do açúcar e aumentar a de outros produtos que o País poderá consumir, em maior escala, e até mesmo, exportar excedentes. Esta a opinião nossa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — É opinião acertada porque V. Ex.<sup>a</sup> percebeu, justamente, aquilo que procurei dizer ao grande Líder do MDB, neste Casa, Senador Aurélio Vianna. Em parte, a providência seria esta, o que, aliás, é a tese do discurso que estou fazendo no dia de hoje, sobre o I.A.A. Se houvesse uma estimativa como a que se faz, no tempo da safra e uma assessoria técnica adequada, não ficariam com excedentes, enquanto o mundo precisando de açúcar, como precisou fazer-se abastecer em outras partes.

Sr. Presidente, há outros Senadores que desejam usar da palavra, de modo que procurei ser breve no meu prelo de dizer ou trazer ao Senado. Espero que o Ato de desobediência à lavoura, particularmente no Município de Campos, no Estado do Rio, onde há um ambiente de tristeza, seja curado. O ambiente lá é, paradoxalmente, de confiança. É preciso, portanto, que se estabeleça a esta confiança através de atos. Solicito, pois, ao Ministro da Indústria e Comércio que foi Governador do meu Estado, o General Edmundo de Macedo Soares e Silva, os devidos providências.

Também peso à nova Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool ocupada, agora por representante do Estado de Alagoas, onde o fenômeno existe com a mesma intensidade ou talvez, com intensidade maior, porque, o drama do fornecedor de cana naquela Unidade é, não digo seme-



lhante ao nosso, mas em tais pontos de identidade que vamos ver que ser canavieiro no Brail, neste instante, é padecer em qualquer parte onde existe lavoura de cana.

O Sr. Aurélio Viana — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Concedo-o, apesar de estar preste a terminar minhas considerações.

O Sr. Aurélio Viana — Certo que o problema fundamental é o aumento da produtividade das novas minas. A ilha de Formosa transformou-se no centro de maiores produtores de açúcar do mundo. Suas usinas são modernas. Cuba tem a maior usina numa potência na produção de açúcar, em virtude do aproveitamento das suas usinas. Não podemos mais viver na época da engenhoca de açúcar, das usinas obsoletas, ultrapassadas. Estamos numa época diferente. Acho errada a política do Instituto do Açúcar e do Alcool. Ao invés de se fomentar o desenvolvimento da indústria açucareira, de se atualizar a maquinaria das usinas implantou-se a política ultrapassada da criação de novas usinas avançadíssimas, sem no entanto, se adotarem as medidas necessárias para a substituição das antigas, das velhas, das ultrapassadas máquinas. Então, discutimos muitas vezes, problemas sem importância, quando há um problema profundo a desafiar o administrador brasileiro. Ou progredimos e avançamos, substituindo o velho pelo novo ou então a tragédia continuará sendo a mesma, na luta de regiões e Estados sem muita significação, mas que se pode traduzir em prejudicialidade para todos. Sei perfeitamente, que São Paulo vem concorrendo com o mercado nordestino, até no extremo Norte. Ora, quem não compra não vende e a reciproca é verdadeira: quem não vende não compra. Se o que se produz no Nordeste é produzido em São Paulo, então o mercado nordestino será perdido para São Paulo. Nós precisamos de uma política de incentivo e desenvolvimento sem prejudicar ninguém.

O SR. VASCONCELOS TORRES — A tese de V. Ex. é atrojada, arrojadamente certa.

Existem planos no Instituto do Açúcar e do Alcool de comprar terras pequenas engenhos, essas engenhocas, esses banglêes em centrais açucareiras. Então, compreendo, perfeitamente, e felicito V. Ex. que está em dia com os problemas que nos preocupam. Não só do ângulo regional, V. Ex. está impecavelmente certo, mas no todo. Temos de olhar o problema, como V. Ex. acaba de sugerir em seu aparte. Então, o Instituto de Açúcar e do Alcool ainda não levou a sério o fato que, em economia, se chama de concentração de produção. O sistema poderia proporcionar assistência melhor a esses lavradores de cana que algumas cooperativas. Pelos defeitos do sistema atual enfrentam eles a situação difícil que procuro, modestamente, descrever no dia de hoje. No seu Estado, por exemplo, poderemos ter três ou quatro usinas centrais açucareiras, com o custo de produção baixado ao mínimo e com o aumento da produção ao máximo, pelos industriais e beneficiadores da cana. Aprendi bem o que V. Ex. disse em seu aparte. Não fosse V. Ex. um estudioso dos problemas econômicos brasileiros, que, quando acaba a sessão vai para sua casa e mergulha nos livros, principalmente nos assuntos de economia, que constituem uma das paixões de V. Ex. Espero, assim que a tese defendida por V. Ex. repercuta junto aos condutores do IAA e que o coestadano de V. Ex., que lá se encontra, siga este caminho, ou seja, a centralização das usinas em benefício da produção e de uma melhor assistência aos lavradores.

Este não era o objetivo do meu discurso serve porem de fecho magnifi-

co porque sobre este assunto ocuparei a tribuna em outras oportunidades.

A situação de Campos parece-me muito grave. Meu desejo é o de que minha voz não apenas schegue às antenas das do Ministro da Indústria e Comércio, nem do Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, mas vá diretamente aos ouvidos desses homens, para que eles estudem esses problemas.

É mister não façam apenas através de grupos de trabalho — não há grupo de trabalho coisa nenhuma — que se constituem para dar uma satisfação imediatista e depois nada apresentam de concreto e às vezes sequer um relatório.

Lanco daqui um desafio ao Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, para irem a Campos, sem discurso de Senador, que não se deixem impressionar pelas notícias de rádio e televisão e assistam *in loco* ao drama por que passa minha terra, e depois decidam e resolvam enquanto é tempo, porque a persistir o que se está observando em Campos tenho a impressão de que, desgraciadamente, o problema tornar-se-á muito difícil e o Instituto talvez não possa contorná-lo devidamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores: na última sexta-feira o Senhor Presidente da República recebeu, pela primeira vez, a imprensa do País.

As respostas oferecidas ao tema que lhe foi proposto vieram, sem dúvida, compor a paisagem de esperança, pano de fundo que ornamentou a sua investidura.

Dois aspectos, todavia, pela própria ênfase que lhes emprestei, o entrevistado, estão a merecer realce e solidariedade.

O primeiro deles, Senhor Presidente, diz respeito à categórica intenção do Governo de consolidar Brasília. O apoio entusiástico hipotecado à Capital, reconhecendo-a em caráter permanente como sede do Governo, não somente de direito, mas, especificamente de fato, temos a certeza, repercutiu favoravelmente em todos os recantos do País.

Afirmou mesmo, o Senhor Presidente da República que "esta é a Capital e daqui governarei o País". Ao lado de tão claros propósitos, fez ainda uma digressão sobre as facilidades de comunicação então existentes entre Brasília e o resto do Brasil para demonstrar que existe na ocupação de sua equipe o empenho de estruturar todos os serviços públicos, completando Brasília como centro nuclear do sistema administrativo.

Cerca de 86 milhões de brasileiros assistem o desdobramento da atividade do atual Governo e será uma mensagem permanente de fé nos destinos deste País a palavra do Presidente, proferida do planalto, fulminando de uma vez por todas a impressão de que a organização política brasileira promana de uma dualidade de sedes.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Tenha a bondade.

O Sr. Eurico Rezende — Realmente, as palavras e os propósitos verbais da Presidente Costa e Silva

representaram, de permeio com um profundo sentimento de justiça, manifestações superavitariamente auspiciosas para a Nova Capital. Há um ponto em que a Revolução deve, ser em endida e deve ser apoiada por agremiações e troianos. E' que, com o seu advento, acabou aquela situação de interdição de Brasília. Quando, em 1937, quando, constantemente, o realce de que a Capital iria voltar para a sua antiga sede e a preguiza atlântica da Guanabara. Com isso, a iniciativa política tinha receio de fazer aquilo que os investimentos porque, feitos os investimentos — em Brasília — qualquer investimento de reprodução econômica tem de ser de volta — com o retorno da Capital, Brasília se transformaria assim num acampamento de ciganos. Seria uma desolação. Quando os civis diziam que a Capital ia mudar, todo mundo acreditava, mas, vindo a Revolução, os militares consideravam que a Capital e a irremovível e, então, todos passaram a acreditar. E o Presidente Castello Branco sempre assegurou isso; e emojora, a princípio, desse bom exemplo, ficasse muito aqui, no fim, já estava também deslocando-se muito para a Guanabara. Agora, porém, o Presidente Costa e Silva, quando convidou os elementos para integrarem o Ministério, operava em duas etapas, dizendo mais ou menos: "meu amigo, quero que o senhor aceite duas coisas: a primeira é o ministério — digamos, da Justiça; a segunda, é morar em Brasília". De modo que isso representou o compromisso dos ministros para com o Presidente, em favor de Brasília. Mas, Sr. Senador José Ermírio, é esse o principal objetivo do meu aparte: a palavra do Presidente Costa e Silva muito se encaixava em favor da consolidação de Brasília, mas o Congresso Nacional, muito antes da posse de Sua Excelência, através de emenda de autoria do eminente Senador Manoel Vilhena criou condições de coerção constitucional para a emancipação de Brasília como capital em termos definitivos: os dois capítulos das Disposições Gerais e Transitórias — um dispositivo segundo o qual dentro de 180 dias, a partir da data de vigência da nossa Carta Magna, o Poder Executivo remetia mensagem ao Congresso Nacional, complementando a mensagem, providências para a transferência total dos órgãos governamentais para este Planalto. Então, quando vier essa mensagem, o Congresso poderá prestar uma colaboração efetiva, porque, num escalonamento adequado e meditado, irá fixando progressivamente complementar para que se opere a mudança. Então, com essas observações, e louvando também o propósito de integração nacional do eminente Presidente Costa e Silva, termino igualmente o incerto, mas, suspeito, e por isso mesmo, mais humilde, do discurso de V. Ex.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Ex.

De fato, as declarações do Exmo. Sr. Presidente da República são altamente confortadoras para todo o Brasil, pois daqui é que se irradiam, em todas as direções — Norte e Sul, Leste e Oeste — as decisões do Governo central.

(Retornando a leitura)

Era, Senhor Presidente e Senhores Senadores, a palavra do chefe que falava para que se congregassem todos os esforços, quer dos setores governamentais, quer os sedmentados na iniciativa privada, para trazer à Capital da Esperança, o trabalho e o estímulo das energias patrióticas.

Em outro ângulo de sua manifestação, o Senhor Presidente da República atrelou os seus propósitos a uma política em que o desenvolvimento ressurge como avançada prioritária. Atendidas as providências de conten-

ção inflacionária, pretende o Senhor Presidente acordar o gigante paralítico, devolver-lhe a força realizadora, impulsioná-lo para o seu grande destino.

Vejo, pois, com satisfação, a intenção construtora, confiante nos planos presidenciais e, sem abdicar-me de um comportamento inteiramente independente, em face da atuação do Governo, não me desvio por instigação do dever de proclamar-lo em acerto quando as suas metas coíntem com a liberdade do povo.

Outro assunto, Sr. Presidente e Senhores Senadores, que o Sr. Presidente da Casa relaciona com o aniversário da cidade de Recife.

A cidade de Recife completa hoje 430 anos e, pela primeira vez, comemorará o dia 2 de abril, aniversário de sua fundação.

O Prefeito Augusto Lucena, depois de consultar vários historiadores, conseguiu fixar a data certa da fundação da cidade.

A S. Exa. quero transmitir, em plenário, a nossa homenagem e a nossa satisfação de ter a cidade de Recife no seu dia histórico.

O Sr. Manoel Vilhena — V. Ex. permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Foi não.

O Sr. Manoel Vilhena — Em meu nome pessoal e em nome da Bancada da ARENA associamo-nos aos cumprimentos à grande cidade do Nordeste Brasileiro, palco dos maiores acontecimentos políticos, sociais e econômicos da nossa terra, e para o seu povo pelo transcurso de mais um aniversário, tendo a frente de sua Municipalidade um dos melhores e mais eficientes e capazes que o Nordeste já teve ou o Brasil já conheceu. Quem passa por Recife observa, obviamente, verifica que o Sr. Augusto Lucena tem desempenhado trabalho que o coloca à altura dos maiores Prefeitos de Recife cidade que se transforma a olhos vistos. Minhas congratulações — repito — ao povo de Recife, pelo transcurso do mais um aniversário de sua cidade.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito obrigado a V. Ex. pelo seu aparte.

Sr. Presidente, na verdade o Prefeito Augusto Lucena está modificando a fisionomia da cidade de Recife. Há três anos que desenha sobre o hercúleo e a sua administração tem proporcionado vias de comunicações das melhores. Com patriotismo e sentido de economia, vem produzindo muito, e o segredo do sucesso por esse êxito está no fato de que sua administração só compra o necessário, gastando 40% de acordo com as despesas, pode realizar o que o seu Governo se propôs.

O nobre Senador Manoel Vilhena tem razão: é o maior Prefeito que Recife já teve. Renovamos nossas congratulações ao Prefeito Augusto Lucena e esperamos que prossiga nas suas obras, para que Recife tenha sempre os caminhos limpos de todos os sentidos, inclusive os canais que hoje sofrem a evasão das águas do Capibaribe.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARTILHEMOS MAIS OS SENHORES SENADORES

Edmundo Levi  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Wilson Gonçalves  
Pessoa de Queiroz  
José Leite  
Mário Martins  
José Feliciano  
Atílio Fontana  
Guido Mondim

## O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está esgotada a hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Acum-se na Casa 31 Srs. Senadores.

## Item 1:

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 149, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (nº 297-A-66, na Casa de origem), que aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.*

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independente de votação.

O projeto irá à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 149, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (número 297-A-66, na Casa de origem.)*

Relator: Sr. José Leite

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (nº 297-A-66, na Casa de origem) que aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Jose Leite, Relator — João Abrahão.

## ANEXO AO PARECER Nº 149-67

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (número 297-A-66, na Casa de origem.)*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47.º I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1967

*Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovada a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Edmundo Levi)

## Item 2:

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 150, de 1967, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1966 (nº 296-A-66, na Casa de*

*origem) que aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho em sua quadragésima oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964*

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER

Nº 150, DE 1967

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1966 (número 296-A-66, na Casa de origem.)*

Relator: Sr. José Leite

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1966 (nº 296-A-66, na Casa de origem), que aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3) de 1964, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — Jose Leite, Relator — João Abrahão.

## ANEXO AO PARECER Nº 150-67

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1966 (número 296-A, na Casa de origem.)*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47.º I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1967

*Aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3) 1964, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3) 1964, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964, o qual acrescenta ao art. 1º da Constituição o seguinte parágrafo:

“6. A Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho pode, em qualquer sessão da qual esteja inscrita na Ordem do Dia, e por maioria de dois terços dos delegados presentes à sessão, inclusive os dois terços dos delegados governamentais e com direito a voto, expulsar da Organização Internacional do Trabalho todo Membro que tenha sido expulso das Nações Unidas, ou suspender do exercício de seus direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro das Nações Unidas, a suspensão não prejudicará a validade das obrigações do Membro resultantes da Constituição e das convenções das quais seja parte.”

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi)

## Item 3:

*Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 151, de 1967, do Projeto de Lei nº 10, de 1967, de iniciativa do Presidente da República (número 4.066-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Fundação Universidade de Brasília.*

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 316-A do Regimento Interno. O projeto vai à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER Nº 151, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1967 (nº 4.066-A, de 1966, na Casa de origem.)*

Relator: Sr. João Abrahão

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1967 (nº 4.066-A-66, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) destinado à Fundação Universidade de Brasília. Sala das Sessões, em 30 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — João Abrahão, Relator. — José Leite.

## ANEXO AO PARECER Nº 151-67

*Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1967, (nº 4.066-A, de 1966, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado à Fundação Universidade de Brasília.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) com vigência de dois exercícios financeiros, destinado a atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural da Fundação Universidade de Brasília.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi)

## Item 4:

*Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 152, de 1967, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1967, de*

*iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 144.569,27 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), para atender a despesas decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente de Israel e de sua comitiva.*

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno. O projeto vai à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

## PARECER Nº 152, DE 1967

Da Comissão de Redação

*Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1967 (nº 4.063-A-1966, na Casa de origem.)*

Relator: Sr. João Abrahão

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 13, de 1967 (nº 4.063-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 144.569,27 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), para o fim que es. cifica.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente. — João Abrahão, Relator. — José Leite.

## ANEXO AO PARECER Nº 152-67

*Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1967 (nº 4.063-A-1966, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), para o fim que especifica.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 144.569,27 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), destinado a atender a despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente de Israel e de sua comitiva.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

*Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 153, de 1967 do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1967 (nº 4.095-A-66, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de NCr\$ 2.535,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos) a favor da Polícia do Distrito Federal, para atender às despesas com a aquisição de veículos e material de rádio-comunicações.*

Em discussão a Redação Final. Se nenhum dos Senhores Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 153, DE 1967

Da Comissão de Redação  
Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 14, de 1967 (número 4.059-A-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. João Abrahão

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 14, de 1967 (nº 4.059-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 2.535.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos), destinado à Polícia do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — João Abrahão, Relator — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 153-67

Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 14, de 1967 (número 4.059-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 2.535.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos), destinado à Polícia do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 2.535.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos), destinado à aquisição de veículos, móveis e material de radiorreceptores para a Polícia do Distrito Federal.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi)

Item 6.

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 154, de 1967, ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1967 (nº 4.061-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), destinado à construção de uma garagem-oficina para abrigo e reparo das viaturas pertencentes à Polícia do Distrito Federal.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Senhores Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação,

nos termos do Art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 154, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1967 (número 4.061-A-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. João Abrahão

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 15, de 1967 (nº 4.061-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1967 — Teotônio Vilela, Presidente — João Abrahão, Relator — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 154-67

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1967 (nº 4.061-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), destinado à construção de uma garagem-oficina para abrigo e reparo das viaturas a ele pertencentes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi)

Item 7.

Discussão, em turno único da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 155, de 1967 (nº 4.057-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal — o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos e setenta centavos), para pagamento de despesas de exercícios encerrados.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Não havendo emendas, nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votos, nos termos do Art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 155, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1967 (nº 4.057-A-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. João Abrahão

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 19, de 1967 (nº 4.057-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Ju-

diciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos, e setenta centavos), para pagamento de despesas em exercícios encerrados.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — João Abrahão, Relator — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 155-67

Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 19, de 1967 (número 4.057-A-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos e setenta centavos), para pagamento de despesas de exercícios encerrados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos e setenta centavos), destinado ao pagamento de contas de assinaturas e de outras despesas devidas, nos exercícios de 1963, 1964 e 1965, ao Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi)

Item 8

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 148, de 1967, do Projeto de Resolução nº 25, de 1967, que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, material hospitalar no valor de DM 932.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães).

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 148, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 1967.

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 1967, que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, material hospitalar no valor de DM 932.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães).

Sala das Sessões, 29 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — José Leite, Relator — João Abrahão.

ANEXO AO PARECER Nº 148-67

Redação final do Projeto de Resolução nº 25, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e a seguinte:

RÉSOLUÇÃO Nº , DE 1967

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, material hospitalar no valor de DM 932.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a adquirir, através da Secretaria de Saúde, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, equipamento hospitalar no valor de DM 932.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 10.248,85 (quinhentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e seis cruzeiros novos e oitenta e cinco centavos), segundo o "Plano de Saúde" do Conselho Administrativo do Distrito Federal, a hospitais e a subprefeituras, na seguinte proporção:

Hospital de Sooradinho — DM 238.940,00 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 130.317,00 (cento e trinta mil, trezentos e dezessete cruzeiros novos);

Hospital do Gama — DM 265.093,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e três marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 145.751,65 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um cruzeiros novos e sessenta e cinco centavos);

Hospital São Vicente de Paula — DM 146.982,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 80.843,10 (oitenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros novos e dez centavos);

1º Hospital Distrital de Brasília — DM 333.343,60 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e quarenta e três marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 183.338,10 (cento e oitenta e três mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros novos e dez centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Deverá ainda ser submetida à apreciação da Casa o Projeto de Decreto nº 12, de 1967, lido no expediente, que concede autorização para o Sr. Presidente da República se ausentar do País.

O projeto depende de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Relações Exteriores.

Tem a palavra o nobre Senador Nilson Gonçalves, para emitir parecer, como Relator do Projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para emitir parecer. — Sr. Presidente do Orador) — Sr. Presidente. Srs. Senadores, vem à consideração do Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1967, com o número 2-A-67 na Câmara dos Deputados, que concede autorização ao Sr. Presidente da República para ausentar-se do País.

O texto do projeto é o seguinte:

É concedida autorização ao Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, para ausentar-se do Território Nacional no decorrer do mês de abril do corrente ano, a fim de participar da reunião dos Chefes de Estado americanos, que se

realizará em Punta Del Este, República Oriental do Uruguai.

A matéria, na Comissão de Constituição e Justiça, atém-se rigorosamente ao texto da Constituição Federal em vigor. Pela Constituição vigente, o Sr. Presidente da República, como é da praxe republicana, não pode ausentar-se do território nacional sem licença prévia do Congresso Nacional. Por sua vez, entre as atribuições conferidas ao Poder Legislativo, está a de conceder permissão para que o Presidente da República se ausente do País. A matéria, portanto, não sugere qualquer dúvida ou controvérsia, porque, na verdade, tem amparo claro e definido no texto constitucional.

Nestas condições, ofereço parecer favorável ao projeto em tela, de modo que a Comissão de Relações Exteriores o pronuncie sobre a conveniência da viagem.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Edmundo Levi*) — O Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável.

Solicito o parecer da Comissão de Relações Exteriores, pelo seu Relator, Senador Mário Martins.

**O SR. MÁRIO MARTINS:**

(*Para emitir parecer*) (Não foi registado pelo orador) — Sr. Presidente, conforme foi registado pelo digno Relator da Comissão de Constituição e Justiça, sempre constituiu uma norma da nossa tradição republicana estabelecer-se nas Constituições a competência do Congresso para autorizar ou não a ausência do país tanto do Presidente como do Vice-Presidente da República.

A Constituição atual, no seu Artigo 47, Inciso III, manteve essa praxe. O Congresso deve opinar, face à conveniência ou não da ausência do país, por parte do Chefe do Governo ou do Vice-Presidente da República.

A inconveniência só se compreende, Sr. Presidente, de um modo geral, por duas razões: quando não há condições de tranquilidade e de segurança internas para o afastamento do Chefe do Governo, ou quando o objetivo a que se propõe S. Exa., indo ao exterior, poderia não corresponder aos interesses nacionais.

No caso, quando se encaminha à Comissão de Relações Exteriores, após ouvida a Comissão de Justiça, uma mensagem pela qual submete à autorização do Congresso a licença para o afastamento do País do Presidente da República, no que se refere à Comissão de Relações Exteriores ela teria de opinar também sobre as razões que estariam levando o Chefe do Governo a participar de uma reunião internacional com objetivos claros e definidos, no que se refere a matéria de política externa. Em consequência, o ilustre Chanceler da República, o Ministro das Relações Exteriores, encaminhou a esta Casa a cópia do ofício que havia sido endereçado ao Presidente da República, para que a Casa, o Congresso e o País tomassem conhecimento da agenda; ou melhor, da matéria sobre a qual a representação brasileira, no caso presidida pelo Presidente da República, terá de opinar, votar e decidir.

A Constituição atual manteve ainda o princípio democrático das Constituições anteriores, que reservava para o Congresso sempre a palavra final em matéria de política externa; enquanto muitas vezes, e quase sempre, ela é realmente um tanto automática, e se excede em poderes o Presidente da República, seja em questões de segurança nacional e outras equivalentes, manteve, entretanto, para o Congresso, a responsabilidade de decidir, em definitivo, sobre

acordos internacionais, enfim, sobre política externa do País.

Na mensagem que nos é encaminhada, informa-se, então, que os temas a serem tratados na Conferência dos Presidentes em Punta Del Este são: (1.º)

I — Integração econômica e o desenvolvimento industrial da América Latina;

II — A ação multinacional para projetos de infra-estrutura;

III — Medidas para melhorar as condições de comércio internacional da América Latina;

IV — Modernização da vida rural em favor da produtividade agropecuária, principalmente do algodão;

V — Desenvolvimento educacional, tecnológico e científico, intensificação dos programas de saúde;

VI — Eliminação de tropas militares desnecessárias.

De modo que, Sr. Presidente, a meu ver e tendo em dar parecer, em nome da Comissão, embora não ouvida os demais componentes, não tenho tido o cuidado de emitir, pelo menos, a licença do meu Parecer, que é o da Oposição, e na presença óbvia de que os representantes do Governo, aqueles que na Comissão representam o Partido do Governo, escaram, naturalmente, de acordo, não vejo como poderia colocar-me contrariamente a aprovação, desta mensagem. Sobre tudo, Sr. Presidente, quando se verifica o cuidado do Executivo, não só de respeitar a autonomia do Congresso, mas de estabelecer uma velha praxe que sempre constituiu ponto de honra na diplomacia brasileira, qual seja a de solicitar que a Oposição se fizesse representar nesta delegação em caráter de observação para, depois, então, voltar ao País, relatar ao Congresso, inclusive criticar, se for o caso, uma vez que vai assistir, de perto, ao desenrolar desses trabalhos.

Assim, Sr. Presidente, encontramos, a meu ver, o restabelecimento de uma norma tradicional — o cuidado de submeter à apreciação da Casa a agenda — e a confissão de que o País está gozando da tranquilidade necessária a fim de que o Chefe do Governo possa afastar-se do território nacional.

Como relator da Comissão de Relações Exteriores, dou parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Edmundo Levi*) — Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores são favoráveis.

Em discussão o projeto.

**O SR. AURELIO VIANNA:**

Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Edmundo Levi*) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurelio Vianna.

**O SR. AURELIO VIANNA:**

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, ouvimos dois pronunciamentos claros, coesivos, amáveis. Realmente, a Oposição foi convidada para ir a Punta Del Este. Constatamos pelo P. 2.º do MDB, os diversos componentes presentes em Brasília, foi eleito o comitê, dando que a organização política de oposição se fizesse representar através de observadores, coisa muito bem feita, o Senador Mário Martins, no seu parecer.

O programa do MDB sobre política externa de afirmação nacional, de preservação da paz e de aproximação com todos os países, especialmente com os da América Latina e dos países em desenvolvimento, para a defesa de interesses comuns.

Como leu o nobre Senador Mário Martins, da agenda consta "a integração econômica e o desenvolvimento industrial da América Latina", objeto da política externa preconizada pelo MDB, "ação multinacional para projeto de infra-estrutura", assunto debatidíssimo, principalmente pela delegação brasileira numa das últimas conferências interparlamentares da América Latina; medidas para melhorar as condições do comércio internacional da América Latina; modernização da vida rural e aumento da produtividade agropecuária, principalmente do algodão; o desenvolvimento educacional, tecnológico e científico, e intensificação dos programas de saúde e a eliminação das tropas militares desnecessárias.

Or, uma oposição consciente, em recebendo um convite para comparecer a uma das mais importantes conferências internacionais realizadas na América do Sul, não poderia ausentar-se, se o fizesse, cometeria um crime de lesa-convivência e até de lesa-pátria.

Procha estar presente, não é um delegado do governo central a que faz oposição, mas na qualidade de observador das negociações, inclusive para verificar se a política de certos e determinados programas de política construída não se, realmente, executada pelo novo governo.

Sr. Presidente, creio que uma oposição deixa de ser democrática quando não reconhece os acertos do seu adversário quando no poder; também não é democrática quando não reage contra os erros dos seus antagonistas, principalmente quando no poder. E concorre para a eliminação do sistema democrático de Governo, quando capitula e adere ao adversário, particularmente quando se existem dois partidos políticos, duas únicas agremiações político-partidárias. Se a Oposição adere, capitula, deixa de ser poder fiscalizador. Então, não há dois partidos, mas um só. E o regime do partido único.

Nós defendemos a tese de uma oposição vigilante, consequente, segura dos seus deveres perante a Nação Brasileira e perante o mundo inteiro.

Não há nenhum movimento adesista, inclusive porque a Oposição, como Oposição, não aceita a denominada "de união nacional". Cumprir o ser dever. Que o partido governista o faça também.

Os representantes da Oposição irão comparecer sem compromissos com o Governo; irão visitar, no Uruguai, a quem bem quiserem e entenderem. O nobre Senador Oscar Passos já declarou, de público, que uma de suas visitas no Uruguai, a primeira, será ao ex-Chefe de Estado e ex-Presidente do seu País, o Sr. João Belchior Moreira Gomes.

Não houve, portanto, condições. Visitará a quem quiser e a quem entender; comparecerá a reuniões e fará um relatório como membro de uma organização oposicionista fiscalizadora dos atos do Executivo; presenciará o seu relatório à sua organização da tribuna do Senado, do Senado e, através dele, à Nação Brasileira.

É este o papel de uma oposição consequente, de uma oposição democrática, de uma verdadeira oposição.

Nós não condenamos a falta de diálogo democrático neste País. Então, se há uma possibilidade de diálogo, não vamos rejeitá-la. Então, é a negação de princípios.

Não somos radicais; nunca o fomos. Nem tampouco colaboracionistas nem tampouco adesistas de última hora, nem tampouco acomodados, nem tampouco oportunistas. Há muita gente que fala numa denominada independência partidária e cujo passado não resiste à menor crítica, porque é um passado de capitulações, é um passado oportunis-

ta, é um passado de quem cede ao primeiro aceno.

Sr. Presidente, são poucas as nossas palavras. Que esse programa seja defendido com altivez e independência pela nossa Delegação; que a econômica, no campo do comércio econômico, no campo do comércio internacional, no campo financeiro e no campo social seja um fato; que as despesas superfluas, com gastos militares desnecessários, sejam eliminadas; e que um programa construtivo de afirmação latino-americana seja defendido e pôs em prática pela nossa delegação. É o que nós desejamos, como oposicionistas, porque acima de tudo o que nós desejamos é o desenvolvimento do nosso País, o desenvolvimento da América Latina — região do mundo que hoje está talvez em primeiro lugar no tempo da exploração democrática. Ou não nos unimos para uma política defensiva e de reconstrução de independência, ou então nós parecemos como porcos ligados ao colar do eterno.

Sr. Presidente, não podemos deixar, portanto, de aprovar os pareceres prolatados há poucos instantes, de honrar insuspeitos, e, no campo da Oposição, de um legítimo democrata. Um oposicionista consequente, homem de idoneidade política e moral irreprocháveis e que, quando deu o seu parecer, fê-lo representando também e intimamente o pensamento do grupo a que está ligado.

**O Sr. Mário Martins** — Obrigado a V. Exa.

**O SR. AURELIO VIANNA** — E aí termino, Sr. Presidente. (*Muito bem! Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Edmundo Levi*) — Continua a discussão.

**O SR. EURICO REZENDE:**

Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Edmundo Levi*) — Tem a palavra V. Exa.

**O SR. EURICO REZENDE:**

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, verifica-se pela Mensagem do Sr. Presidente da República que a reunião dos Chefes de Estados Americanos a se realizar em Punta Del Este, República Oriental do Uruguai, é de três dias, de vez que os seus trabalhos serão iniciados a 12 e esgotados a 14 de abril.

Tendo em vista a pequena duração do encalve interamericano, minha atenção voltou-se de logo para o quantitativo dos itens e das responsabilidades constantes da agenda daquela reunião. Chego à conclusão de que será materialmente impossível naquela convenção até mesmo a complementação normativa do encaminhamento dos grandes problemas que afetam a vida sócio-econômica da América Latina, com as suas lágrimas e as suas amarguras a caracterizarem um subdesenvolvimento enfiado em perniciosa inércia social.

Então, Sr. Presidente, verificamos que, em três dias os Chefes de Governo terão que estudar e encaminhar soluções para as seguintes matérias:

1 — Integração econômica e desenvolvimento industrial da América Latina;

2 — A ação multinacional para projetos de infra-estrutura;

3 — Medidas para melhorar as condições de comércio internacional da América Latina;

4 — Modernização da vida rural e aumento da produtividade agropecuária, principalmente do algodão;

5 — Desenvolvimento educacional, tecnológico e científico e in-



O Sr. Manoel Mendes — V. Exa. formou-me uma pergunta e eu responderei citando epíteto histórico. Quando o Barão do Rio Branco entrou em debate na questão da União das Missões e que a gente se fosse favorável ao Brasil, contrariando a ordem de vista da Argentina, nessa ocasião

foi dita pelo Chanceler Zeballos uma das frases mais amargas com relação ao Brasil e que, na ocasião, não era verdadeira, mas que, hoje, recamos possa, um dia, vir a ser verdadeira. Diante da decisão favorável ao Brasil, quando a Argentina convenci- da de que iria ganhar a questão, proferiu através do Chanceler Zeballos a seguinte frase, frase cruel, injusta na ocasião, e que não desejamos seja verdadeira, seja realmente consentânea no futuro: "A Argentina prefere ser cabeça de mosquito a ser o rabo do leão". De modo que a América, hoje, está preocupada com o Brasil, se quer ser o rabo do leão quando aparece de pais em país, oficialmente, a procurar convencer cada povo a anular ou submeter o seu exército nacional a um exército supra-nacional. E quando olhava para o Brasil, tinha a impressão de estar vendo agitar-se a cauda do leão...

O SR. EURICO REZENDE — Em primeiro lugar, fiz uma pergunta e V. Exa. não respondeu: foi ou não o Brasil que teve a iniciativa da reforma do quadro da OEA?

O Sr. Mário Martins — Isto é irrelevante.

O SR. EURICO REZENDE — E quando a iniciativa é vitoriosa, e vitoriosa em tempo recorde, isto é crédito e não descrédito.

Aliás já tive oportunidade de discursar nesta Casa a respeito. Mas, não desejo refugir do assunto específico, mesmo porque tenho pressa de homenagear o Movimento Democrático Brasileiro, na pessoa dos seus ilustres Senadores.

Sr. Presidente, verifico que está na agenda o que está no programa do MDB. O eminente Senador Aurélio Vianna demonstrou, cabalmente, que, ou por coincidência por copismo, ou por inspiração, pouco importa, a agenda do conclave latino-americano de 12 a 14 de abril, está toda aí inserido no programa do MDB. Mas não é só isso. A última Encíclica do Papa Paulo VI harmoniza-se, perfeitamente, completamente, superlativamente, com os princípios empregados pelo MOV. DEMOC. BRASILEIRO e pela agenda organizada pelo Ministério das Relações Exteriores. Faz referência à integração econômica em termos assistenciais e prioritários para com os países subdesenvolvidos; faz referência em termos de crítica e de repulsa à Maldição colonizadora de capitais estrangeiros e instalação de usinas de injustiças sociais, a criar a miséria, a estimular a fome. E a coincidência vai ao ponto de o Papa Paulo VI combater a exacerbação das despesas militares. Preconiza e pede, em termos de apelo angustioso, a sua redução para que esta reverta em benefício, pela drenagem internacional em favor da integração econômica dos países subdesenvolvidos.

De modo que, Sr. Presidente, observa-se que já se forma no mundo em termos governamentais, no caso dos participantes desse conclave, no mundo em termo político-partidário no caso da programação ideológica do MDB, no mundo em termos de administração eclesiástica, como no caso do Vaticano, através da encíclica do Papa Paulo VI, uma conscientização universal quanto aos problemas econômicos. Portanto não haverá tranquilidade, não haverá paz, não haverá democracia, não haverá liberdade, que não possua conteúdo econômico.

Então, nada mais oportuno, já que há uma consciência, um entendimento universal em torno desses problemas, que se crie sem os rescoos manifestados pelo eminente Senador Mário Martins, um órgão permanente para enfrentar, pelos estudos e pelas soluções, a enormidade desafiante desses problemas.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. sabe, perfeitamente, que esse temário de seis pontos, não foi fruto de exigências do Governo brasileiro. As Chancelarias dos Países Latino-Americanos interessadas nesses problemas fundamentais, que são universais, elaboraram o temário e eu declarei que essas teses preocupam e vêm preocupando o MDB, como preocupam o mundo inteiro. Se entendemos bem a série de raciocínios de V. Exa., concluímos que V. Exa. acha desnecessária a Conferência e, de modo indireto, condena a participação do Brasil...

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. está muito enganado ou V. Exa. está mal chegado aqui ao Plenário.

O Sr. Aurélio Vianna — Estou dando este aparte para que V. Exa. esclareça bem o seu pensamento.

O SR. EURICO REZENDE — Não, Excelência! Estou de pleno acordo com a Agenda. Apenas desejava que, no final, estivesse prevista a criação de um órgão permanente, para o estudo e a solução desse problema.

O Sr. Aurélio Vianna — Acha V. Exa. que haverá ou não resultados positivos nessa Conferência?

O SR. EURICO REZENDE — Claro, como a luminosidade de Brasília, absoluto. Seria uma necessidade absoluta. Se eu fosse contrário, o seria contra o MDB, o que não teria muita importância, mas não contrário ao Papa, a quem tenho contas a prestar. V. Exa. vai-me permitir ainda. Com o MDB — e eu estaria pedindo desculpas à delicadeza e à generosidade de V. Exa. — manifestar-me-ia contra, mas nunca ficaria contra o Papa.

O Sr. Aurélio Vianna — É compreensível.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. não me deu a honra, nem a gentileza, sempre cativante, de acompanhar todo o curso de minhas considerações, mas fiz questão de enfatizar que sou inteiramente favorável. Reivindicaria, no entanto, a implantação de um sistema permanente, para que se possam esgotar, no curso dos anos, os objetivos, os nobres, os altos, os necessários objetivos da Conferência de Punta del Este.

O Sr. Aurélio Vianna — Desculpe-me V. Exa. V. Exa. está tão alto e às vezes raciocina de tal modo que nos dá a entender que está contra uma tese, para, no fim, apoiá-la. Por vezes V. Exa. parece estar contra o Governo e, no fim, apoia-o totalmente. Em virtude da altura em que V. Exa. se coloca diante de nós, pobres mortais, não chegamos a entender seu jôgo de raciocínio.

O SR. EURICO REZENDE — É que V. Exa. se desdobra no cumprimento dos seus deveres de Líder e fica permanentemente numa concha de partido: um lado, no plenário; outro, na oficina, na brilhante e árdua oficina de sua liderança.

O Sr. Aurélio Vianna — Fico fascinado.

O SR. EURICO REZENDE — Mas o eminente Senador Mário Martins, que me deu a honra de debater comigo a matéria, parece que não verificou, um instante sequer, critica minha a esse conclave.

O Sr. Aurélio Vianna — Tanto verificou que declarou o seguinte: às vezes V. Exa. parece ser oposicionis-

ta sistemático, dando a entender que somos governistas, e é o contrário.

O Sr. Mário Martins — Permita-me V. Exa. Vou ver se consigo traduzir os três oradores. Tarefa difícil. A impressão que tive, inicialmente, foi a de que V. Exa. achava que, sem a criação desse órgão — o que me parece louvável — seria o mesmo que alguém estar cosendo sem dar nó na linha. Seria preciso dar nó, porque se alguém está cosendo sem dar nó na linha, está fazendo um trabalho inútil. Minha impressão é que havia uma crítica.

O SR. EURICO REZENDE — Não sei se V. Exa. interpretou bem minhas palavras. O trabalho não será completo se não houver o órgão, se não houver o nó. Neste particular, V. Exa. deve estar de acordo comigo. Se nas relações comerciais de alguns poucos países que compõem a ALALC existe esse órgão, quanto mais quando se procura instalar uma verdadeira universidade dos problemas econômicos da América Latina! Esse órgão é necessário e acredito mesmo que ele virá, porque senão os resultados, os aplausos, os anseios espocados da Conferência de Punta del Este se perderão na memória do tempo e na ineficácia.

V. Exa. verifica que há inúmeros tratados internacionais, mas existe a ONU em termos permanentes; V. Exa. sabe que há vários tratados de conteúdo jurídico-constitucional, mas existe a Organização dos Estados Americanos; V. Exa. sabe que há um comércio florescente na Europa, mas existe a Comunidade Econômica Europeia. V. Exa. sabe, perfeitamente, que essas conferências, essas reuniões de chefes de governo têm, via de regra, um sentido ornamental, mas, dentro desse ornamento, se estabelece um compromisso e esse compromisso, para ser eficaz, deve ter seguimento; e só pode ter seguimento, não com a presença de chefes de Estado, que não são funcionários, mas com a instalação de um órgão permanente.

O Sr. Mário Martins — Permita-me apenas fazer uma ponderação: V. Exa. cita a Organização das Nações Unidas, que é, inequivocamente, o grande órgão que a todos nós acoberta e que vem mantendo a paz no mundo. Então V. Exa. deve recordar como nasceu a Organização das Nações Unidas: foi precedida de encontros de chefes de Governo no Norte da África — Yalta — durante a guerra. Na última, na derradeira reunião, os chefes das quatro principais nações aliadas comprometeram-se a instituir um órgão que desse vida a tudo aquilo que tinham conversado, não só sobre a guerra como sobre preparativos da paz. Eu sou um homem da Oposição, mas acho útil para a América que o Presidente do Governo ao qual me oponho compareça a essa reunião...

O SR. EURICO REZENDE — Exato.

O Sr. Mário Martins — ...porque é desses encontros que vão surgindo os esclarecimentos, as teses, os debates, as reivindicações, os programas que aerminam, como ocorreu durante a guerra, com a inspiração da necessidade de ser fundada a Organização das Nações Unidas. Não poderíamos nos perder aqui naquele dilema em que se busca a prioridade do nascimento da galinha ou do seu produto. Não devemos supor que essas reuniões são preparadas para coisas definitivas; elas podem não resolver imediatamente determinadas coisas mas, desde que levadas com sentimento, com boa vontade, estaremos dando um passo à frente.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. concorda comigo e eu concordo

com V. Exa. em que a criação de todos esses órgãos, hoje permanentes, foi precedida de preparativos mais ou menos longos. Se a simples enumeração da matéria caracteriza, por si só, sua importância mais do que fundamental, por que não se cria logo este órgão?

O Sr. Mário Martins — Acho que já respondi a Vossa Excelência.

O SR. EURICO REZENDE — Foi Vossa Excelência que iniciou o debate da matéria. Estou apenas dando meu pálido prolongamento ao estudo que Vossa Excelência fez. Que se crie logo esse órgão. Tenho a impressão até de que, muito mais importante que o encontro dos presidentes, seria a criação do órgão, para depois um encontro dos chefes de Governo.

O Sr. Mário Martins — Acho que já respondi a Vossa Excelência, falando com relação à falta de confiança no Brasil, que hoje existe.

O SR. EURICO REZENDE — Tenho paciência.

O Sr. Mário Martins — Vossa Excelência não quer acreditar. E um incêrno.

O SR. EURICO REZENDE — O crédito moral e comercial do Brasil nunca esteve tão bom como agora. E registre Vossa Excelência na sua curiosidade e, se possível, no seu aplauso, este fato já mencionado nas minhas considerações: graças à iniciativa do Brasil foi que se reformou aquilo que parecia mais intocável que a própria Petrobrás: a Carta da Organização dos Estados Americanos.

Senhor Presidente, obviamente, darei meu voto favorável ao Presidente Costa e Silva, desejando a Sua Excelência boa viagem e que traga de lá a notícia alvargreira de que a América Latina irá, realmente, demarcar-se da angústia e das lágrimas do subdesenvolvimento. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Continua a discussão. Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

Senhor Presidente, desisto da palavra, em favor do Senador José Ermírio.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo trazer meu testemunho sobre a maneira honesta, séria, como vem agindo o Senador Oscar Passos, Presidente do MDB. Sua Excelência ira a Montevideu, acompanhado do Deputado Chaves do Amarante, um grande estudioso que provém de São Paulo. Antes de aceitar essa incumbência, Sua Excelência procurou Senadores do MDB, dos quais teve permissão recebeu cumprimentos. Realmente, não se entende que uma Oposição, que deve estar atenta aos principais problemas da Nação, se esvaie, deixando de comparecer a um reunião como a programada.

O Senador Eurico Rezende cala-se que não houve estudos. Nos sabemos perfeitamente, que estudos vêm sendo feitos desde a reunião de Washington. E antes de iniciar a próxima reunião, no dia 12, os membros dos Ministérios das Relações Exteriores de todas as nações latino-americanas irão estudar a fundo a questão, antes de chegar a uma decisão final.

Todos sabemos que esses estudos vêm de longa data. Portanto, é desnecessário dizer que não há estudo

algum. Aliás, acho que ninguém deveria falar assim, neste plenário. Seria considerar os membros do Itamarati e dos outros países latino-americanos desconhecedores dos problemas que serão debatidos.

O Senador Oscar Passos merece toda a nossa confiança e demonstrou com a sua decisão, ser um homem íntegro e capaz de dizer que o MDB não é um Partido de oposição sistemática, mas preocupado com estudos adequados para que a Nação seja respeitada e conduzida no caminho do desenvolvimento. Nosso País, sempre em toda a América Latina — confirmo o que disse o Senhor Mário Martins — de descrédito e precisa reaver, aos poucos, o de que gozou no passado.

Nota um acólisa importante: nesses itens, há um de redução de despesas. Isso significa exatamente o que faz o México no momento: reduziu as despesas militares para 10% e deu à educação 22%.

Certamente, todos esses itens serão criticados, estudados pelas nações latino-americanas. Já é tempo de o Brasil acompanhar esses países que dele desconfiam pois no Governo passado as nações latino-americanas quiseram examinar com o Brasil esses problemas e receberam uma negativa. O Brasil de hoje precisa fazer força para recuperar o tempo perdido. Esperemos que desta reunião nosso País saia prestigiado, respeitado como o foi no passado. (Muito bem)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Continua a discussão.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS:**

Pego a palavra, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Edmundo Levi) — Com a palavra o Senhor Senador Antônio Carlos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, já a matéria do decreto legislativo que autoriza o Sr. Presidente da República a participar, no Uruguai, da reunião dos Chefes de Estados americanos, está suficientemente debatida para poder merecer o voto do Senado Federal. Devo contudo prestar alguns esclarecimentos, menos à matéria propriamente dita do decreto sobre o qual iremos deliberar dentro em pouco, do que relativamente aos debates verificados neste plenário. Falo-lhe rapidamente, para não cansar meus nobres pares nem desenvolver considerações que serão objeto de relatório que estou preparando para submetê-lo à consideração da Casa.

Como é do conhecimento do Senado, em outubro e novembro de 1966 tive a grata oportunidade de acompanhar o chanceler Juracy Magalhães nas visitas que realizou ao Chile, Bolívia, Argentina e Uruguai, numa primeira etapa, e Colômbia, Peru e Equador, numa segunda. A primeira dessas viagens foi a por designação da liderança da ARENA, acompanhando, para minha honra, os senhores senadores Bezerra Neto, do MDB, e Rubens Mello Braga, da ARENA. A segunda etapa, eu a cumpro a convite do chanceler brasileiro. Devo, pois, dar um testemunho, fazer algumas retificações a afirmações que ouvi durante o debate.

Começo por dizer que a matéria da agenda da Reunião dos Chefes de Estados Americanos foi objeto de todas as notas assinadas pela Chancelaria Brasileira e pelas chancelarias dos países que o Ministro Juracy Magalhães visitou.

Da maneira como o Ministro das Relações Exteriores do Presidente Castello Branco colocou os problemas econômicos que interessam ao conti-

nente, basta que eu afirme ao Senado que o Presidente e da República do Chile, Sr. Eduardo Frei, declarou no banquete que ofereceu ao titular do Itamarati, que sem a participação brasileira, sem a colaboração do governo brasileiro, que estava — como tinha conhecimento o Chile — realizando uma notável obra de integração nacional, através da ação da SUDENE, não seria possível ao Chile e aos outros países da América Latina pensar em integração continental.

Apelo S. Ex.<sup>a</sup> ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil para que o nosso país não se satisfizesse em realizar a notável obra de integração nacional através da SUDENE — que S. Ex.<sup>a</sup> citou especificamente — mas que participasse de modo atuante e objetivo, no grande esforço de integração econômica continental, de que o Chile é, realmente, no nosso Continente, o paladino.

A mesma tática feriu o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, nas conversações que manteve com a Chancelaria Boliviana, a Chancelaria Argentina e a Chancelaria Uruguaia.

Quem tiver o cuidado de tomar conhecimento das Notas Conjuntas, assinadas com esses países, verificará que todos os assuntos, objeto da Agenda da Conferência que se anuncia, foram examinados em caráter preliminar, pelo Ministro Juracy Magalhães, numa prova ou melhor, numa contraprova da afirmação que feita pelo Senhor Senador Mário Martins, de que o Itamarati tem uma tradição de seriedade na condução dos negócios exteriores do nosso País, que jamais improvisa e é, inegavelmente, respeitado por todas as nações do nosso Continente.

Sr. Presidente, reconheço evidentemente que houve divergências de ordem ideológica. Em cada país que visitávamos, a imprensa se dividia. A de tendência mais à esquerda, procurava pintar o nosso Chanceler como representante de um governo antidemocrático, e a outra imprensa colocava-o nos seus devidos termos, como representante de um governo nascido de uma revolução, que fazia um grande esforço no sentido de que o país retomasse a rota da plenitude democrática.

Outra não foi, Sr. Presidente, a característica das visitas que realizamos à Colômbia, ao Equador e ao Peru. E neste último país, quando da visita de cortesia, de mera cortesia, que fizemos ao Sr. Presidente Fernando Belaúnde Terry, tivemos a ocasião de ouvir S. Ex.<sup>a</sup>, quebrando o protocolo e mandando buscar um mapa em alto relevo do continente latino-americano, dizer o que esperava da ação do Brasil, para que o Peru pudesse resolver os seus graves problemas econômicos, principalmente os da região andina. E com o dedo assinalou o traçado da rodovia da selva e, com intimidade, referiu-se aos portos de Paranaguá e de Itajaí como terminais da estrada que, demandando de Assunção, deveria atingir o Atlântico, fazendo a ligação da região sul do nosso País com toda a região andina, até a Venezuela.

Não posso, pois, Sr. Presidente, aceitar como tranqüila a afirmação de que o Brasil não tenha crédito nos outros países da América Latina. Posso, sim, testemunhar ao Senado que Equador e Peru, nessas reuniões, pediram a interferência do nosso País para que a realização da Conferência dos Chefes de Estado se fizesse em local da Conferência de Chefes de Estado se fizesse em local que não ferisse a suscetibilidade daqueles dois países desavindas por questões de fronteiras.

Posso também testemunhar que, quando da visita que fizemos ao Senhor Presidente René Barrientos, o Chanceler Juracy Magalhães, com

uma franqueza surpreendente, fez apelo para que aquele Chefe de Estado comparecesse à reunião ora anunciada e marcada para Punta Del Este. E a reação do Presidente René Barrientos foi de absoluta consideração e respeito pelas ponderações que fazia o Brasil — não um homem público brasileiro nem um representante do Governo brasileiro, mas o Brasil, através do seu legítimo porta-voz, o seu Chanceler de então!

O Sr. Mário Martins — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Ouço com muito prazer V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Mário Martins — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

V. Ex.<sup>a</sup> há de me fazer justiça, porque, nas minhas manifestações neste plenário, em nenhum momento personifiquei agentes de tese ou de missões; em nenhum momento, por exemplo, levantei a evocação de uma das bandeiras que foram desfraldadas e que na verdade, no meu modo de ver, repercutiam muito mal para o nosso País, aquela contida na frase: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil". Mostrei, não o aspecto datorial interno do Brasil, porque esse mal, infelizmente, não é só nosso. Lembrei a questão da tentativa persistente da chancelaria no governo passado, no sentido de lutar pela criação do Exército permanente interamericano. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o Itamarati tem documentação nesse sentido, como têm as outras nações. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que os arquivos dos jornais estão aí para confirmar, inclusive quando determinado diplomata, no nosso caso o Chanceler Azeredo Silveira, foi justamente nessa zona que V. Ex.<sup>a</sup> percorreu — corajosamente, como bom funcionário do Itamarati — e nas investigações preliminares deu notícia ao País da impossibilidade, da falta de receptividade da tese de que o Brasil queria se tornar campeão, qual seja, da criação do Exército Átoma das nações. Agora, não é apenas esse detalhe que nos levou ao descrédito. É bem verdade que o Brasil não está inteiramente falido no seu conceito perante as nações americanas, mas V. Ex.<sup>a</sup> sabe — e ha-

de concordar comigo — que esse crédito foi muito abalado, essa confiança foi muito abalada, quando foi levantada a doutrina do cassetete — do big-stick, sustentada pelo Presidente Theodoro Roosevelt — por ocasião do episódio da invasão da República Dominicana, que não se limitou a isto, mas também ao envio de tropas, com caráter policial, para dentro daquele país amigo. De modo que se V. Ex.<sup>a</sup>, que percorreu várias nações, se der ao cuidado de apelar para sua memória das conversas que possivelmente deve ter tido fora do meio oficial — porque me parece que nós devemos, nessa tarefa, e não quero ministrar ensinamentos, nem estou ditando programas para ninguém agir assim ou douta maneira, nessa tarefa — nós devemos ouvir, também, as vozes extraparlamentares, ler, quando possível, as declarações de jornais da oposição: se V. Ex.<sup>a</sup> teve essa oportunidade, porque em geral esses programas são muito confinados, teve essa oportunidade de ouvir as vozes livres dos países que percorreu, há de ter sentido, se porventura anteriormente lá tivesse estado, que já não era a mesma a confiança com relação ao Brasil. Porque não pode. Não acredito, e V. Ex.<sup>a</sup> concorda comigo, que um país que adote como tese vencedora, indiscutível, pacífica, universal, que em havendo um cidadão norte-americano em qualquer país da América correndo perigo de vida, face a uma questão política, cabe aos

Estados Unidos o direito de desembarcar os seus marinheiros para garantir a vida desse cidadão, sem ouvir as demais nações. Aquêlo fato que foi a restauração do "big stick" liderado pelo Brasil, não nos deve ter dado rendimentos de confiança entre os demais países latino-americanos.

Dai, entre outras razões, ante a idéia de se criar o exército supranacional, eu poder dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que estou realmente convencido de que temos de recuperar o crédito, a confiança, o lastro de que já gozamos na América Latina. E estamos convencidos de que juntos conseguiremos esse objetivo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Sou grato ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. Muitas das considerações que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer espero poder, não contradizendo, mas abordando no relatório que vou apresentar ao Senado. Ainda não o fiz em virtude da tarefa que tive como Relator da Constituição.

Tenho os recortes de todos os jornais de todas as Capitais que percorremos, recortes com notícias e comentários favoráveis e contrários. E foi por isso que fiz, entre parentese, a referência, que em cada país que visitávamos a imprensa focalizava, em caráter de controvérsia, a situação interna do nosso País. Mas a posição do Brasil como país — isso testemunhei e pude verificar — é capaz de merecer o respeito, a atenção dos países da América Latina.

V. Ex.<sup>a</sup> voltou a falar na Força Interamericana de Paz. Devo dizer que, em todas as conversações a que presenciei durante essas viagens, o Senhor Chanceler Juracy Magalhães fez a seguinte colocação do problema: o Brasil não pretende aliciar votos na a que, no seio da organização dos Estados Americanos, ou através deste organismo, venha a se constituir a Força Interamericana de Paz.

Nas entrevistas à imprensa, nas conversações nas diversas chancelarias, o Senhor Ministro Juracy Magalhães fez questão de ressaltar e os nobres Senadores Bezerra Neto e Mello Braga, que não estão aqui presentes, assistiram a estas conversações, na primeira etapa da viagem, o Brasil quer dizer aos seus vizinhos, aos seus irmãos da América Latina que tinha indispensável a formação desta Força Interamericana de Paz, mas que ela só se deverá constituir quando houver consenso unânime de todos os países.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, sem querer tirar qualquer conclusão apressada do que está ocorrendo neste momento na América Latina, eu me pergunto se a declaração diplomática feita a 27 último pelo Presidente da Bolívia, a sua Mensagem ao Governo argentino, os acontecimentos recentes na Venezuela com o seqüestro e assassinato de um irmão de Ministro de Estado, as guerrilhas na região andina do Peru, recentemente abafadas por forças do Exército e não estão a indicar que a posição brasileira, que não é de coação nem de aliciamento, mas apenas a exposição de um ponto de vista franco e leal, de que é necessário uma organização, não um exército permanente, — e o Ministro deixou muito claro esse ponto — mas a possibilidade de se mobilizarem forças para complementar as decisões da organização internacional responsável pela paz no continente. Esses acontecimentos a que me refiro não estão a dizer que a posição brasileira que, repito, não foi nesta viagem pelo menos, de aliciamento de votos ou de pressão para que quaisquer países concordassem com a nossa tese, não é digna de respeito e se conforma com esta realidade, que esperamos seja superada por outros meios que não o da força?

Mas, Senhor Presidente, ainda sobre o crédito do nosso País eu me permitia lembrar ao Senado que, após



longos meses de relações diplomáticas rompidas, a República da Venezuela entendeu de voltar a ter, junto ao Governo brasileiro, um representante na categoria de Embaixador. E isto não pode, de modo algum, significar desfecho ou desconlância nas instituições e no Governo do nosso país. Há, certamente, muito que fazer, no campo das relações internacionais. Mas estou absolutamente seguro de que este testemunho se não virá convencer o Senado de que tudo que a chance-laria brasileira realizou durante o Governo do Marechal Castello Branco pode ter o qualificativo de coisa certa, absolutamente certa, permitira que aliste Senhor Presidente, que, assim como no campo interno a sucessão presidencial, a votação da Constituição, que substituiu os atos institucionais provaram, suficientemente, que o Governo revolucionário perseguiu o estabelecimento do regime democrático, a volta ao sistema pleno do direito, também, no campo internacional, o Brasil não foi, de modo algum, o "rabo do leão". O Brasil votou contra a tese norte-americana na Conferência do Panamá, desejando que ficasse bem explícito o dever dos países desenvolvidos de atender as necessidades dos menos desenvolvidos na área econômica, assim como a ajuda norte-americana e de outro país rico.

O Senado sabe da supremacia econômica que ocorre no Ocidente, com os Estados Unidos, e no leste europeu, com a Rússia e, em qualquer outra parte do globo, com aquele país mais capacitado, mas forte economicamente. Estou certo de que o Brasil, assim como no Panamá e, ainda recentemente, sobre o problema da importação pela América do Norte do café solúvel, jamais se colocou em posição de servilismo ou de subserviência a qualquer nação não só do Continente como de todo o mundo. É a tradição do Itamarati. Foi a intenção da chancelaria brasileira, sob o comando de Juracy Magalhães.

O Chanceler Juracy Magalhães é, pela sua vida pública, um homem polêmico e levou este destino, também, para o Ministério das Relações Exteriores, político que foi, desde vinte e poucos anos de idade, quando assumiu o Governo da Bahia. Mas eu que pude acompanhá-lo, nessas viagens, representando o Senado, posso assegurar a meus nobres pares que, dentro das limitações humanas, dentro da conjuntura brasileira, S. Ex.<sup>a</sup> soube prosseguir, com galhardia e com coragem, nas tradições do Ministério das Relações Exteriores do nosso País e muito do que se vai discutir, em Punta Del Leste, foi preparado por S. Ex.<sup>a</sup> e mesmo toda a conferência o foi, através de viagens que S. Ex.<sup>a</sup> fez por toda a América Latina, a convite das nações amigas.

Sr. Presidente, com estes esclarecimentos, não preciso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que meu voto é favorável à licença para que o Presidente da República possa comparecer à Conferência dos Chefes de Estado Americanos. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão, por não haver quorum na de hoje. Estão presentes, apenas, 31 Srs. Senadores.

(Nogueira da Gama) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há ainda orador inscrito. Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 2-A-67, na Casa de origem), que concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do País, tendo parecer favoráveis (proferidos oralmente na sessão de 3 de corrente) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 290, de 1966 (nº 2.400-B-64 na Casa de origem), que proíbe a exibição de "trailers" de filmes impróprios para crianças nos espetáculos para menores, tendo parecer favorável, sob nº 131, de 1967, da Comissão: de Educação e Cultura.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1967 (nº 4.038-A-68 na Casa de origem), pública, que autorizou o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.291.576.930, para atender às despesas decorrentes do pagamento de gratificação de função policial, instituída pela Lei nº 4.878, de 3-12-1965 (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1967 (nº 3.804-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 60.924.215, para atender ao pagamento de despesas com a participação do Brasil na IV (Feira Internacional de Nova York) (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 163, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Edmundo Levi solicita transcrição, nos Anais do Senado, da Encíclica "Populorum Progressio", de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 167, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Dinarte Mariz solicita a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pronunciado pelo Presidente da República, no dia 16 de março.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.)

TRECHO DA ATA DA 21ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29.3.67, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 30.3.67 (SEÇÃO II), A PÁGINA Nº 460, 2ª COLUNA.

#### PARECERES

##### PARECER

Nº 148, de 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 25, de 1967

Relator: Sr. José Rollemberg Leite. A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 25, de

1967, que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, material hospitalar no valor de DM 982.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães).

Sala das Sessões, 29 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — José Rollemberg Leite, Relator — João Abrahão.

ANEXO AO PARECER Nº 148, DE 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 25, de 1967

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, ( ), Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, material hospitalar no valor de DM 982.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a adquirir, através da Secretaria de Saúde, mediante financiamento pelo Governo da Alemanha Ocidental, equipamento hospitalar no valor de DM 982.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 540.246,85 (quinhentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e seis cruzeiros novos e oitenta e cinco centavos), destinado, segundo o "Plano de Saúde" do Conjunto Administrativo do Distrito Federal, a hospitais a ela subordinados, na seguinte proporção:

Hospital de Sobradinho — DM .... 236.940,00 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta marcos alemães), equivalentes a ..... NCr\$ 130.317,00 (cento e trinta mil, trezentos e dezessete cruzeiros novos); Hospital do Gama — ..... DM 265.003,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e três marcos alemães), equivalentes a NCr\$ 145.751,65 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um cruzeiros novos e sessenta e cinco centavos);

Hospital São Vicente de Paulo — DM 146.982,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois marcos alemães), equivalentes a ..... NCr\$ 80.840,10 (oitenta mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e dez centavos);

1º Hospital Distrital de Brasília — DM 333.343,00 (trezentos e trinta e três mil, trezentos e quarenta e três marcos alemães), equivalentes a ..... NCr\$ 183.338,10 (cento e oitenta e três mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros novos e dez centavos).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

#### PARECER

Nº 149, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (nº 297-A, de 1966, na Casa de origem) Relator: Sr. José Rollemberg Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (nº 197-A, de 1966, na Casa de origem), que aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

Sala das Sessões, 29 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — José Rollemberg Leite, Relator — João Abrahão.

ANEXO AO PARECER Nº 149 DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 54, de 1966 (número 297-A, de 1966, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, ( ), Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### PARECER

Nº 150, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 53, de 1966 (número 296-A, de 1966, na Casa de origem).

Relator: Sr. José Rollemberg Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 53, de 1966 (número 296-A, de 1966, na Casa de origem), que aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (número 3, de 1964, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964).

Sala das Sessões, 29 de março de 1967. — Teotônio Vilela, Presidente — José Rollemberg Leite, Relator — João Abrahão.

ANEXO AO PARECER Nº 150, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 53, de 1966 (número 296-A, de 1966, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, ( ), Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (número 3, de 1964), adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (número 3), 1964, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964, o qual acrescenta ao art. 1º da Constituição o seguinte parágrafo:

"6. A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho pode, em qualquer sessão da qual esteja inscrita na ordem do dia, e por maioria de dois terços dos delegados presentes à sessão, inclusive os dois terços dos



delegados governamentais presentes e com direito a voto, expulsar da Organização Internacional do Trabalho todo Membro que tenha sido expulso das Nações Unidas, ou suspender do exercício de seus direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro da Organização Internacional do Trabalho, qualquer Membro que tenha sido suspenso do exercício dos direitos e privilégios inerentes à qualida-

de de Membro das Nações Unidas; a suspensão não prejudicará a validade das obrigações do Membro resultantes da Constituição e das convenções das quais seja parte".  
Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Eurico Rezende apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1937, que autoriza a Prefeitura de Belo Horizonte a firmar convênio com o Ministério da Saúde para aquisição, mediante financiamento de material indígena, de material no mercado europeu.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO REALIZADA AOS 11 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 1967

As dez horas e trinta minutos do dia onze do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Lino de Mattos, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, Vice-Presidente e Bezerra Neto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos e Vasconcelos Torres.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Bezerra Neto apresenta as seguintes redações:

a) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 329, de 1966 (nº 3.994-A-66 na Casa de origem), que dispõe sobre a Ação Pública de Crimes de Responsabilidade;

b) redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 313, de 1966 (nº 3.986-A, de 1966, na Casa de origem), que concede isenção dos impostos e taxa que menciona para equipamento importado pela S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "VARIG".

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA AOS 10 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 1967

(Extraordinária)

As dezesseis horas do dia dez do mês de janeiro do mil novecentos e sessenta e sete, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Sr. Vice-Presidente Eurico Rezende, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lino de Mattos, Presidente, Antônio Carlos e Vasconcelos Torres.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Bezerra Neto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Lei da Câmara número 271, de 1965 (nº 3.936-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar, ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — "MUD-DES", Obrigações Provisórias do Tesouro Nacional, e dá outras providências;

b) redação final do Projeto de Resolução número 76, de 1966, que sus-

pende a execução do Decreto número 44.794, de 7 de maio de 1965, do Estado de São Paulo.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1966

(Extraordinária)

As onze horas e trinta minutos do dia dezesseis do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Lino de Mattos, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, Vice-Presidente, e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos e Vasconcelos Torres.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Assume a Presidência o Senhor Senador Eurico Rezende para que o Senhor Senador Lino de Mattos apresente em que apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 22, de 1966 (número 2.334-A, de 1966, na Casa de origem), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 12.503 (doze mil, quinhentos e três cruzeiros), para pagamento à Rio Leste S.A. — Serviços de Eletricidade e Carros.

Aprovado o parecer, reassume a Presidência o Senhor Senador Lino de Mattos, que dá como encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1966

(Extraordinária)

As treze horas e trinta minutos do dia quinze do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Lino de Mattos, presentes os Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Eurico Rezende, Vice-Presidente, Antônio Carlos e Bezerra Neto.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Vasconcelos Torres apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Resolução número 83, de 1965, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a parabenizar a operação de financiamento concedido pelo Governo da Jugoslávia, na importação de Cr\$ 1.901.217.279 (um bilhão, novecentos e um milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e sete cruzeiros), correspondente a 100.000 US\$ 79.250,00 (setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e sete dólares), do convênio de Jugoslávia, destinado a comprar tratores de esteira;

b) redação final do Projeto de Resolução número 84, de 1965, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a adquirir equipamento industrial, mediante financiamento das mercadorias alemãs e francesas;

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### ATA DA 6ª REUNIÃO REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 1966

(Extraordinária)

As vinte horas e cinco minutos do dia vinte e nove do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Eurico Rezende, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto e José Feliciano.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lino de Mattos, Presidente, Antônio Carlos e Vasconcelos Torres.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Bezerra Neto apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 52, de 1966 (número 225-A, de 1966, na Casa de origem), que fixa os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1967 a 1971.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

#### ATA DA 6ª REUNIÃO REALIZADA AOS 22 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 1967

(Extraordinária)

As treze horas e quarenta minutos do dia vinte e dois do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Eurico Rezende, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Edmundo Levi e Bezerra Neto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lino de Mattos, Presidente, Vasconcelos Torres e Antônio Carlos.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Edmundo Levi apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1966, que suspende a execução da Lei nº 20, de 27 de outubro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte;

b) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 168, de 1966 (número 3.513-C, de 1966, na Casa de origem), que dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV, da Tarifa que acompanha a Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1953;

c) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1966 (número 3.283-B, de 1966, na Casa de origem), que concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de radioamadores;

d) redação final do Projeto de Lei da Câmara número 217, de 1966 (nú-

mero 1.202-B, de 1963, na Casa de origem), que concede a isenção prevista na alínea f do item I do art. 1º da Lei número 4.022, de 3 de maio de 1965, a equipamentos importados, para execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Nucleares;

e) redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 25, de 1936 (número 29-A, de 1936, na Casa de origem), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo;

f) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1966 (número 29-A, de 1966, na Casa de origem), que determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato — escritura de compra e venda, de 31 de agosto de 1953, para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, firmada entre Verônica Carlini e outros e a União Federal;

g) redação final do Projeto de Lei da Câmara número 298, de 1936 (número 3.909-B, de 1962, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre;

h) redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 325, de 1936 (número 3.984-A, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta do imposto de importação e do imposto de consumo, ou daquele que a este vier a substituir, equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira;

i) redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 17, de 1962 (número 130-A, de 1962, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 13 de fevereiro de 1959, de unificação, constituição, regularização e transferência de aforamento dos terrenos de marinha, situados na Cidade do Rio de Janeiro, que a União Federal outorga ao Epólio do Joaquim Vieira Ferreira.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

#### ATA DA 5ª REUNIÃO REALIZADA AOS 21 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 1967

As onze horas e trinta minutos do dia vinte e um do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, reunem-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Lino de Mattos, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, Vice-Presidente, Bezerra Neto e José Feliciano.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos e Vasconcelos Torres.

## MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)	1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

## Liderança

## DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

## DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

## DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

## Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Villaga — (RN)

Vasconcelos Tôrres — (RJ)

## Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Matos — (SP)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
Ney Braga  
João Cleofas  
Teotônio Vilela  
Júlio Leite

## SUPLENTE

Attilio Fontana  
Leandro Maciel  
Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco

## MDB

José Ermírio  
Mário Martins

Aurélio Vianna  
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

## TITULARES

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Aloysio de Carvalho  
Eurico Rezende  
Wilson Gonçalves  
Petronio Portela  
Carlos Lindenberg  
Rui Palmeira

## SUPLENTE

Vasconcelos Tôrres  
Daniel Krieger  
Benedicto Valladares  
Alvaro Maia  
Lobão da Silveira  
José Feliciano  
Menezes Pimentel  
Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch  
Aurélio Vianna  
Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

## ARENA

## TITULARES

José Feliciano  
Lobão da Silveira  
Petronio Portela  
Eurico Rezende  
Attilio Fontana

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
Adolpho Franco  
Arnon de Melo  
José Leite  
Mello Braga

## MDB

João Abrahão  
Aurélio Vianna

Adalberto Senna  
Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

## ARENA

## TITULARES

Carvalho Pinto  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Domício Gondim  
Leandro Maciel

## SUPLENTE

José Leite  
João Cleofas  
Duarte Filho  
Sigefredo Pacheco  
Filinto Müller  
Paulo Torres

## MDB

Mário Martins  
Pedro Ludovico  
Lino de Mattos

José Ermírio  
Josaphat Marinho  
João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

## ARENA

## TITULARES

Menezes Pimentel  
Mem de Sa  
Alvaro Maia  
Duarte Filho  
Aloysio de Carvalho

## SUPLENTE

Benedicto Valladares  
Antônio Carlos  
Sigefredo Pacheco  
Teotônio Vilela  
Petronio Portela

## MDB

Adalberto Senna  
Lino de Mattos

Antônio Balbino  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras, às 16h 30m.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

## ARENA

## TITULARES

João Cleofas  
Mem de Sa  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Milet  
Adolpho Franco  
Sigefredo Pacheco  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto  
Fernando Costa

## SUPLENTE

Antônio Carlos  
José Guimard  
Daniel Krieger  
Petronio Portela  
Attilio Fontana  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Carlos Lindenberg  
Celso Ramos  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira

## MDB

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Oscar Passos  
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho  
José Ermírio  
Lino de Mattos  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodighiero Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16h.

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

## ARENA

## TITULARES

Ney Braga  
Attilio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas

## SUPLENTE

Júlio Leite  
José Cândido  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Leandro Maciel

## MDB

Antônio Balbino  
José Ermírio

Pessoa de Queiroz  
Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintras-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

**A R E N A**
**TITULARES**

Petronio Portela  
Domicio Gondim  
Alvaro Maia  
José Cândido  
Mello Braga  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

José Guimard  
José Leite  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga  
Celso Ramos  
Duarte Filho

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Rui Carneiro  
Arthur Virgilio

Bezerra Netto  
Mário Martins  
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**A R E N A**
**TITULARES**

Domicio Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimard  
Vasconcellos Torres  
Rui Palmeira

**M D B**

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Aarão Steinbruch  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**A R E N A**
**TITULARES**

Rui Palmeira  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Júlio Leite  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
José Leite  
Domicio Gondim  
Leandro Maciel  
Petronio Portela

**M D B**

Rui Carneiro  
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras, às dezessete horas.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

**A R E N A**
**TITULARES**

Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antonio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Rui Palmeira  
Petronio Portela  
Clodomir Millet

**M D B**

José Ermirio  
Lino de Mattos  
Josaphat Marinho

Antônio Balbino  
Aurélio Vianna  
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**A R E N A**
**TITULARES**

Teotônio Vilela  
Antonio Carlos  
José Feliciano  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

Felinto Muller  
Mem de Sá  
José Leite  
José Guimard  
Bezerra Neto

**M D B**

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**A R E N A**

Benedicto Valladares  
Felinto Muller  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Carlos  
José Cândido  
Arnon de Melo  
Mem de Sá  
Rui Palmeira

Alvaro Maia  
Fernando Corrêa  
Celso Ramos  
Wilson Gonçalves  
José Guimard  
José Leite  
Clodomir Millet  
Menezes Pimentel

**M D B**

Pessoa de Queiroz  
Aarão Steinbruch  
Mário Martins

Pedro Ludovico  
Aurélio Vianna  
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

**A R E N A**
**TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Duarte Filho  
Fernando Corrêa  
Manoel Villaga

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Ney Braga  
José Cândido

**M D B**

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

**A R E N A**
**TITULARES**

Paulo Torres  
José Guimard  
Sigefredo Pacheco  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Attilio Fontana  
Adolpho Franco  
Manoel Villaga  
Mello Braga  
Júlio Leite

**M D B**

Oscar Passos  
Mário Martins

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****COMPOSIÇÃO**

(7 membros.)

Presidente: Vasconcelos Torres  
Vice-Presidente: Arnon de Mello**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**Vasconcellos Torres  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Paulo Torres  
José GuimardJosé Feliciano  
Antonio Carlos  
Manoel Villaga  
Menezes Pimentel  
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos  
Aarão SteinbruchArthur Virgílio  
Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.**M D B**

Arthur Virgílio

Lino de Mattos

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Guimard  
Fernando Corrêa  
Clodomir Milet  
Alvaro MaiaLobão da Silveira  
José Feliciano  
Filinto Müller  
Sigefredo Pacheco**M D B**

Oscar Passos

Adalberto Sena  
Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 18:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Leite  
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES****SUPLENTE**José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Atílio FontanaJosé Guimard  
Petronio Portela  
Domicio Gondin  
Carlos Lindenberg